

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMA**

**A VIABILIDADE DA TRANSIÇÃO AGROECOLOGICA
NO CRÉDITO RURAL: ESTUDO DE CASO DO
ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE NO
MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO OESTE ESTADO DO
PARANÁ**

ALAN DENIZZAR LIMEIRA COUTINHO

Florianópolis, Maio de 2011

ALAN DENIZZAR LIMEIRA COUTINHO

**A VIABILIDADE DA TRANSIÇÃO AGROECOLOGICA
NO CREDITO RURAL: ESTUDO DE CASO DO
ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE NO
MUNICIPIO DE DIAMANTE DO OESTE ESTADO DO
PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecologia, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador (a): Pedro Ivan Christoffoli

**Florianópolis
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

Coutinho, Alan Denizzar Limeira

A Viabilidade da Transição Agroecológica no Crédito Rural: Estudo de Caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique no Município de Diamante do Oeste Estado do Paraná – Florianópolis, 2011

Xx, 000 f. : grafs.; tabs.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli

Dissertação (Mestrado e Agroecologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Bibliografia: f. 000-000

1. Agricultura Sustentável – Teses. 2. Agricultura com base ecológica – Teses. 3. Unidade de Produção Agrícola – Teses. 4. Práticas Conservacionista – Teses. I. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

ALAN DENIZZAR LIMEIRA COUTINHO

A VIABILIDADE DA TRANSIÇÃO AGROECOLOGICA NO CREDITO RURAL: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE NO MUNICIPIO DE DIAMANTE DO OESTE ESTADO DO PARANÁ

Dissertação aprovada em 30/05/2011, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Pedro Ivan
Christoffoli (UFFS)

Prof. Dr. Luiz Carlos P. M. Filho
Coordenador do PGA

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Pedro Ivan Christoffoli
(UFFS)

Prof. Dr. Clarilton E. D.
Cardoso Ribas (UFSC)

Prof. Dr. Fabio Burigo
(UFSC)

Profª. Dra. Maria Odete
Santos (UFSC)

Florianópolis, 30 Maio de 2011.

AGRADECIMENTO

Ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós Graduação em Agroecossistema por terem aberto as portas para profissionais das ciências agrárias, extensionistas da reforma agrária que desejavam adquirir conhecimentos sobre a agroecologia, mestrado este não oferecido em nenhuma outra instituição de ensino superior seja publica ou privada deste País.

Um agradecimento em especial ao Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária - PRONERA/MDA, cuja homologação deste Mestrado Profissional possibilitou o Edital MCT/CNPq/MDA/INCRA nº 04/2009 - PRONERA que viabilizou as bolsas de estudo.

Ao CAPES/CNPq, por acreditarem na necessidade de educarem profissionais constituindo um instrumento verdadeiramente novo e capaz de contribuir para construção de outro estilo de desenvolvimento rural e de agricultura sustentável.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na sua luta incansável de transformar o meio rural numa sociedade mais justa e fraterna e de transformar a produção agrícola em uma atividade prazerosa e também de se preocuparem de colocarem o conhecimento científico e as técnicas agroecológica a serviço do povo trabalhador.

Aos companheiros educandos do Mestrado Profissional da UFSC que compartilharam os prazeres e dificuldades desta jornada com os quais convivemos durante tantas horas e carregamos a marca de experiências comuns que tivemos. Partamos confiantes em busca de nossos ideais, no exercício de nossa profissão e militância.

Ao meu Orientador Prof^o Doutor Pedro Ivan Christoffoli pela paciência e compreensão na correção e proposta do trabalho.

DEDICATÓRIA

Dedico às famílias de agricultores assentados do P.A Ander Rodolfo Henrique que com paciência, gentileza e tolerância me receberam em reuniões de núcleos às vezes até em reuniões fora do calendário de suas atividades.

EPIGRAFE

“A concepção que embasa a proposta de Políticas Públicas de Apoio e Sustentação para as Áreas de Reforma Agrária parte do pressuposto de que os assentamentos não se constituem apenas como um agregado de lotes individuais e desorganizados, mas sim como espaço social e produtivo articulado em configurações territoriais que tem se constituído muitas vezes como “áreas reformadas”, ou seja, territórios onde os assentados têm peso demográfico, produtivo e político”. (CRISTOFFOLI, 2007, pág. 9)

“Essa base possibilita reivindicar tratamento diferenciado aos assentamentos, em relação às unidades de produção da agricultura familiar, visto que já se aproxima de 1 milhão o número de famílias assentadas em todo o país, em configurações territoriais e organizativas que se diferenciam grandemente da agricultura familiar (AF). Esta se encontra geralmente de forma dispersa, com características culturais e econômicas diferenciadas, e portanto, mais heterogêneas do que os assentamentos. Já estes tendem a se agrupar em regiões ou pólos territoriais específicos (que anteriormente concentravam latifúndios) o que possibilita que as políticas públicas possam se dar de forma concentrada e ganhar efetividade maior do que no caso da AF”. (IDEM)

SUMÁRIO

	Introdução	19
	Problema	21
	Justificativas	22
	Objetivos	24
	Geral	24
	Específico	24
	Hipótese	25
	Metodologia	25
I - CAPÍTULO	Sistema Nacional de Crédito Rural	27
1.1	O Primeiro Financiamento na Agricultura Brasileira.	27
1.2	Organização Institucional do Crédito Rural no Brasil.	28
1.3	A Revolução Verde e o Crédito Rural.	31
1.4	A Evolução do Crédito Rural.	33
1.5	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).	43
1.6	Programa Nacional de Fortalecimento na Agricultura Familiar (PRONAF.	48
1.7	Evolução Financeira do PRONAF.	53
1.8	Inadimplência: A questão do endividamento dos agricultores.	57
II - CAPÍTULO	Crédito Rural na Reforma Agrária	60
2.1	Crédito Instalação	62
2.2	PRONAF Investimento Grupo A.	63
2.3	PRONAF Custeio Grupo A/C.	66
2.4	O Acesso dos Agricultores Assentados aos PRONAF “A” e A/C.	68
III - CAPÍTULO	Agroecologia	73
3.1	Agricultura Ecológica	73
3.2	Transição para a Agricultura Ecológica	77
3.3	Agricultura Ecológica no Assentamento.	81

IV - CAPITULO	Assentamento Ander Rodolfo	89
	Henrique	
4.1	A Conquista da Terra.	89
4.2	Diagnostico Natural do Assentamento	90
4.3	Programa Produtivo	91
V - CAPITULO	Resultado e Discussão	94
4.1	Resultado da Viabilidade do Crédito Instalação.	94
4.2	Resultado da Viabilidade Econômica do PRONAF Investimento Grupo “A”	96
4.3	Resultado da Viabilidade Econômica do PRONAF Custeio A/C.	103
VI - CAPITULO	Proposição e Considerações Finais	105
	Referencias	109
	Anexos	113

LISTA DE FIGURAS

Gráfico (01)	Recurso em Bilhões de Reais destinado ao SNCR	35
Gráfico (02)	PRONAF concedido anualmente em Bilhões de Reais	54
Gráfico (03)	alor destinado ao PRONAF do Montante do Crédito Rural	55
Gráfico (04)	Percentagem do SNCR concedido ao PRONAF	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	PROCERA: Valor total das Operações em US\$ Milhões	43
Quadro 02	Número de contratos e valor financiado do PRONAF A e A-C	70
Quadro 03	Comparativo de Agricultura de Base Ecológica	75
Quadro 04	Produtos agropecuários produzidos pelas famílias	93
Quadro 05	Aplicação do 1º Fomento	95
Quadro 06	Aplicação do 2º Fomento	96
Quadro 07	Evolução econômica das famílias assentadas	98
Quadro 08	Produção de leite das famílias entrevistadas	100
Quadro 09	Comparação da Produção de Leite Ander X 16 de Maio	102
Quadro 10	Simulação da sobra do recurso A/C	104

RESUMO

O presente trabalho constitui em um estudo teórico que procura analisar a aplicação do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar - PRONAF Grupo “A” Investimento e o PRONAF Custeio Pecuário “A/C” no Assentamento Ander Rodolfo Henrique localizado no Município de Diamante do Oeste/PR.

Objetivou analisar a contribuição do PRONAF na sustentabilidade econômica e ambiental das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Ander Rodolfo Henrique, estudando as características econômicas dos assentados, verificando as principais fontes de renda das famílias e a capacidade de pagamento do PRONAF e também de analisar a sustentabilidade econômica do Leite determinando um índice de produção mínima.

Os dados foram obtidos através de entrevistas semi estruturadas, além de reuniões nos núcleos de famílias e cálculo de custo de produção com o objetivo de realizar um planejamento da produção agropecuária utilizando procedimentos quantitativos e qualitativos (análise de conteúdo e documental)

A pesquisa constatou que o PRONAF A e A/C desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico, político e social das famílias assentadas.

A pesquisa verificou que em relação ao PRONAF Grupo A Investimento dobrou a produção de leite de 4000 L/dia para 8000 L/dia, produção média de 80 L/dia tendo em média 11 vacas em produção durante o período de lactação. A produção do leite dobrou de 4000 L/dia para 8000 L/dia, as vacas produzem aproximadamente 80 L/dia tendo em média 11 vacas em produção durante o período de lactação. A produção diária por vaca/dia saltou de 5,8 L, para 7,17 L, melhorando as condições econômicas das famílias atingindo uma média de dois salários mínimos apenas com a comercialização do leite e venda de bezerros de até um ano. Em relação ao PRONAF Custeio A/C verificou-se que não possui viabilidade econômica no assentamento caso seja aplicado em grãos por motivos que na área o plantio da maioria dos lotes é pequena chegando ao máximo a 2,5 ha e, o regimento interno do assentamento e ao Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA não permite a utilização de sementes híbridas de milho e insumos de síntese química. Constatou então, que esta linha de

crédito aplicado na Compra de Bezerros de até um ano possui retorno econômico não causando endividamento ao assentado.

ABSTRACT

This work constitutes a theoretical study which seeks to examine the implementation of the National Program to Strengthen Family Agriculture – PRONAF Group “A” Investment and funding PRONAF Livestock A/C in the settlement Ander Rodolfo Henrique located in the city of Diamante do Oeste/PR.

Aimed to analyze the contribution of PRONAF in economic and environmental sustainability of families settled in the Settlement Project A Ander Rodolfo Henrique, studying the economic characteristics of the settlers, by monitoring the main sources of family income and ability to pay PRONAF and also to analyze the economic of milk determining a minimum of production.

Data were collected through semi-structured meetings in addition to core families and calculation of cost production in order to achieve an agricultural production planning procedures using quantitative and qualitative (content analysis documentary)

The survey found that PRONAF A and A/C plays an important role in economic development, political and social fabric of families settled

The research found that in relation to PRONAF The Investment Group has doubled the milk yield of 4000 L / day to 8000 L / day, producing an average of 80 L / day with an average of 11 dairy cows during the lactation period. The milk has doubled from 4000 L / day to 8000 L / day, cows produce about 80 L / day with an average of 11 dairy cows during the lactation period. The daily production per cow per day has jumped from 5.8 L to 7.17 L, improving economic conditions of families reaching an average of two minimum wages only with the marketing and sale of milk from calves up to one year.

Regarding PRONAF Cost A / C it was found that has no economic viability in the settlement if implemented for reasons that grain planting area of most lots are small reaching a maximum of 2.5 ha, and the bylaws of settlement and the Sustainable Development Plan of the settlement - PDA does not allow the use of hybrid maize seed and inputs of chemical synthesis. Constatou then, that this line of credit applied to the purchase of calves up to one year has not caused economic return to the debt settled.

1 – INTRODUÇÃO

O Assentamento Ander Rodolfo Henrique está localizada no Paraná parte no Município de Diamante do Oeste (aproximadamente 74% da área) e parte no Município de Vera Cruz do Oeste (aproximadamente 26% da área), seu acesso fica na rodovia estadual PR 488 a 5 km da área urbana de Diamante do Oeste e a 22 km da área urbana de Vera Cruz.

Apresenta segundo o levantamento fornecido pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDA), 108 famílias distribuídas em uma área total de 3.097,69 ha, possuindo uma área de Reserva Legal (RL) de 590,14 ha e a Área de Preservação Permanente (APP) de 457,92 ha.

Predomina no assentamento solos com saturação de bases alta, o que caracteriza um bom nível de fertilidade e relevo distribuído entre plano e ondulado perfazendo 55,16% de todo o território. Com isto, as parcelas dos beneficiários da reforma agrária variam entre 17 a 21 hectares a depender da capacidade de uso do solo (classe e relevo), sendo que nestas parcelas a área de lavoura limita-se no máximo a dois alqueires¹ (4,48 hectares).

Os recursos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) disponibilizados pelo governo federal antes de iniciar a sua aplicação foi submetido a um planejamento discutindo com as famílias as linhas produtivas asseguradas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDA).

A Bovinocultura Leiteira, principal atividade produtiva do assentamento Ander Rodolfo Henrique geradora de renda das famílias assentadas, tornou-se a base da elaboração do projeto técnico no intuito de buscar infraestrutura básica e aumento da produção com a aquisição de animais. Em 2009 antes da aplicação do PRONAF a produção de leite totalizava 4000L/dia e uma média de 6,8 L/vaca/dia (média do município de Diamante do Oeste 5,7 L/vaca/dia segundo o IPARDES 2009). Em 2011 onde 85% dos assentados acessaram o recurso a produção de leite totaliza 8.000 L/dia e uma média de 7 L/vaca/dia) aumentando a produção em 50% em dois anos.

O setor de produção do assentamento elaborou um planejamento da produção para um período de dois anos em que procura organizar a produção de leite com estratégias de resistência ao inverno com trabalhos em núcleos de famílias sobre forrageiras de inverno

(aveia e azevém) e silagem, com intuito de preparar as famílias produtoras de leite a manter uma produção média satisfatória. No caso das culturas agrícolas destaca-se a produção do milho produzindo 80 sacas por hectares ou 193 sacas no alqueire (um alqueire equivale a 2,42 hectares), sem utilização de adubos de síntese química e agrotóxicos e a mandioca produzindo 35 toneladas por hectare.

O Assentamento possui um regimento interno (documento interno do assentamento de caráter político que define as normas da comunidade, aprovado na instância máxima a (assembléia), que define a agroecologia como a matriz tecnológica a ser adotada por todas as famílias sem exceção, e que após é aprovado na redação do PDA.

No entanto em um assentamento a exemplo da Ander Rodolfo Henrique que possui no regimento interno e no PDA uma definição de trabalhar na matriz agroecológica deveria existir por parte do Estado brasileiro uma linha de crédito direcionado a agroecologia desde o investimento na infraestrutura até a comercialização. Aprofundaremos este estudo no Capítulo III.

No ano de 2009 às famílias são beneficiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Grupo A, ou seja, PRONAF da modalidade de investimento que foi destinado à aplicação de ampliação da estrutura da bovinocultura de leite principal produto de renda das famílias.

A aplicação do recurso está sendo acompanhada com reuniões em núcleos de famílias onde são realizadas atividades como: estudo da Normativa 51 que incluem oficinas e cursos sobre a Estrutura do Estábulo, Higienização na Ordenha, Resfriamento do Leite, inseminação artificial, ordenha mecânica e manual. Estas atividades além de especializar o assentado na produção leiteira objetiva também assegurar a matriz tecnológica da agroecologia, pois, cursos sobre produção de frutíferas, Olerícolas e Manejo ecológico dos Solos fazem parte do planejamento da produção para assegurar o auto sustento familiar e geração de renda através do mercado institucional assegurada pelo Programa de Aquisição de Alimento e a Alimentação Escolar.

Mediante o apoio técnico e financeiro, o PRONAF tem a finalidade de promover o desenvolvimento rural sustentável, de acordo ao Artigo 3º, Inciso IV da Lei nº 4.829/1965, que institucionaliza o Crédito Rural que afirma “incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa

do solo” e, “fortalecer o setor rural, notadamente no que se refere a pequenos e médios produtores”.

Segundo o manual operacional do PRONAF este programa consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Quatro objetivos específicos complementam a intenção do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (Manual Operacional do PRONAF, 1997).

O PRONAF apresenta três modalidades de crédito:

- Custeio: Quando se destina a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos (milho, soja, mandioca, etc.);
- Investimento: Quando se destina a aplicação em bens ou serviços cujo desfrute se estende por vários períodos de produção (infra-estrutura, máquinas) e,
- Comercialização: Quando destina-se a cobrir despesas próprias da fase posterior a colheita ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas.

Delimitaremos três modalidades: O Crédito Instalação, o Custeio mais específico o PRONAF A/C, o de Investimento: PRONAF Grupo A; créditos estes que já foram aplicados e/ou estão em fase de aplicação alcance das famílias assentadas do Ander Rodolfo Henrique.

1.1. PROBLEMA

Portanto, diante o quadro exposto surge à pergunta que tende a problematizar o tema em que sugere uma pesquisa e uma solução para a pesquisa.

- O crédito rural, mais especificamente o PRONAF Investimento grupo “A” e o PRONAF Custeio “A/C” contribuiu para

desenvolver a sustentabilidade econômica e ambiental do Assentamento Ander Rodolfo Henrique incentivando a transição para a matriz tecnológica da agroecologia e melhorando a renda dos camponeses assentados?

1.2. JUSTIFICATIVA

Entende-se por crédito rural o financiamento de empréstimos voltados para as atividades do setor rural. De acordo ao manual do crédito rural (BACEN, 2006), o crédito rural é o suprimento de recursos financeiros para aplicação nas finalidades e condições estabelecidas e tem como objetivos:

- Estimular os investimentos rurais, inclusive armazenamento, beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários, quando efetuado pelo produtor na sua propriedade rural, por suas cooperativas ou por pessoa física ou jurídica equiparada aos produtores;
- Favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- Fortalecer o setor rural, notadamente no que se refere a pequenos e médios produtores;
- Incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo.

O crédito rural tem um papel significativo para o desenvolvimento e crescimento econômico e social dos agricultores assentados sendo, “instrumento para um crescimento sustentável da agricultura” (SAYAD, 1984, p. 101). O crédito teoricamente visa o aumento da capacidade produtiva dos assentamentos, pois, instrumentaliza o agricultor com insumos que aumentará a produtividade do trabalho e conseqüentemente a produção agrícola.

No entanto, a política pública para agricultura no Brasil sempre privilegiaram os grandes proprietários de terras em detrimento as pequenas propriedades. Segundo VINHAS (1972), “desde a colonização

do Brasil, o latifúndio assumiu a forma predominantemente econômica, jurídica e política, devido ao seu caráter de latifúndio colonial”.

VINHAS (1972), ainda estabelecendo crítica aos grandes proprietários afirma que “o latifúndio por seu caráter econômico de produção monocultora travancou o desenvolvimento natural da economia, dificultando o abastecimento de alimentos, pouco contribuindo para a melhoria do padrão de vida da população”.

Diante as mobilizações sociais realizada no meado da década de 1980 e início da década de 1990, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), que segundo CAZELLA (2006) estas organizações direcionam suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam “afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião influenciado pela criação do MERCOSUL. Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de noventa, que a partir de 1995 passaram a ser denominadas de Grito da Terra Brasil.

Perante esta situação de forte embate político no meio rural brasileiro, provocada pelo abandono do Estado para com os agricultores familiares, o Governo Federal passou então a desenvolver programas específicos a esta categoria de agricultores, regulamentando em 1985, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA. A partir de 1994, criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP. Segundo o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2002), até aquele momento, não havia recursos específicos para a agricultura familiar e o próprio conceito de agricultura familiar era ainda pouco difundido. Em 1995, o governo lança uma linha de crédito limitada e de pouca duração o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PLANAF. Entretanto, no ano 1996, este plano transformou-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, legalmente instituído pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, passando a integrar o Orçamento Geral da União.

A temática do crédito rural é bastante estudada em outras dissertações e artigos com temas sobre análise sócio econômicos, evolução do crédito rural, cooperativa de crédito, oferta e financiamento

deste crédito aos agricultores familiares, endividamentos dos agricultores assentados, estudo sobre as taxas de juros de crédito rural, entretanto, estudo sobre o crédito rural analisando o financiamento em investimento e o custeio na agroecologia avaliando as formas de aplicação deste crédito ainda é muito pouco estudado por nossos pesquisadores. Esta dissertação tem o objetivo de focar o estudo em algumas linhas de crédito e seu impacto na produção agroecológica e na economia das famílias assentadas do Assentamento Ander Rodolfo Henrique.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral.

Analisar a contribuição do PRONAF na sustentabilidade econômica e ambiental das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Ander Rodolfo Henrique localizada no Município de Diamante do Oeste Estado do Paraná.

1.3.2. Objetivo Específico.

- Estudar as características econômicas dos assentados beneficiários do PRONAF Grupo A.
- Verificar as principais fontes de renda das famílias relacionando com a capacidade de pagamento do PRONAF Grupo A.
- Avaliar a sustentabilidade econômica do leite determinando qual a quantidade mínima da produção do leite e produtividade média de litros leite/vaca/dia que compense o investimento na bovinocultura leiteira.
- Analisar em que medida o PRONAF A\C favorece e incentiva a transição para a agroecologia.

1.4. HIPÓTESE

A hipótese condutora do trabalho de investigação consiste em afirmar e/ou negar perante a política de crédito disponibilizado à reforma agrária (PRONAF) se esta estaria relacionada ao desenvolvimento da sustentabilidade econômica, social e ambiental dos assentamentos, ou se, está relacionada simplesmente com a inserção destes assentamentos no mercado seguindo uma lógica mercantil?

Para isso será verificada às seguintes hipóteses:

- a) O PRONAF Grupo A melhora a infraestrutura e desenvolve economicamente às famílias do assentamento?
- b) O PRONAF A/C é um custeio que contribui para o desenvolvimento da agroecologia nos assentamentos?

1.5. METODOLOGIA

1. Pesquisa Bibliográfica

Recolheu-se material já escrito, realizando estudos e pesquisas no campo das ideias, investigando as mais diferentes formas em que foram abordadas por diferentes autores e seus interpretes o tema do crédito rural, assim como materiais bibliográficos das experiências acumuladas do MST. Os livros, artigos, periódicos e sítios da internet foram submetidos a uma triagem da qual estabeleceu um plano de leitura.

2. Pesquisa de Campo

Observaram-se os fatos tal como ocorrem, estudando as relações estabelecidas entre as famílias assentadas no momento da aquisição do Crédito Rural. Nesta fase foi realizado reuniões em núcleos de famílias para debater e discutir aplicação do PRONAF “A” e “A/C” realizando planejamento de aplicação do recurso.

3. Pesquisa Quantitativa

A forma de abordagem encontrada para traduzir as informações para serem classificadas e analisadas foi através das seguintes formas:

- **Questionário Semi-estruturados.**

Aplicados individualmente na residência de 22 (27,5%) famílias beneficiárias do PRONAF em forma de sorteio contendo dezenove (19) perguntas sobre o acesso ao financiamento contemplando as questões sobre capacidade de pagamento; geração de renda; tecnologia de produção e agroecologia. Após serem realizadas as entrevistas os dados foram processados para posteriormente serem analisados apresentando os resultados obtidos

- **Custo de Produção do Leite (CONSELEITE – SC).**

Este aplicativo auxilia o produtor rural de leite de Santa Catarina para calcular o custo de produção de leite da propriedade rural; comparar custo de produção de leite como os custos de alguns sistemas referenciais de produção de leite do estado de SC; avaliar a sua rentabilidade na produção de leite e melhorar a gestão da sua propriedade rural.

Para aplicar esta planilha no Assentamento Ander Rodolfo Henrique foi alterado os preços e fatores adequando aos valores da região oeste paranaense.

Os investimentos aplicados do PRONAF Grupo “A” foram na pecuária de leite, aplicou-se então um custo de produção de leite em 18 famílias (22,5%), para analisar se este investimento teria retorno financeiro que contempla-se a capacidade de pagamento do projeto e também da renda da família. Neste custo contou-se como entrada as receitas com as vendas de leite e as vendas de bezerros de até um ano, sendo esta a prática de todas as famílias que foram entrevistadas. As despesas foram com alimentação do rebanho, infraestrutura, vacinas, medicamentos, assistência técnica e gasto mensal com o mercado. Não foi contabilizada a mão de obra.

- **Siga Livre Sustentável (SLS).**

Utilizaram-se os dados do SLS - Siga Livre Sustentável, um Software do Ministério do Desenvolvimento Agrário, utilizado pela Agência de Desenvolvimento do Oeste Paranaense (ADEOP) aplicando diagnóstico da unidade produtiva familiar do Assentamento 16 de Maio para efeitos comparativos de produção de leite do Assentamento Ander Rodolfo Henrique, comparando a evolução do crédito entre as duas áreas de reforma agrária.

Após a aplicação do questionário e do custo de produção os dados foram tabulados e analisados para obter os resultados e fazer a discussão e, a partir disto, fazer a proposição final da dissertação.

I CAPÍTULO – Sistema Nacional de Crédito Rural

1.1. O primeiro financiamento na agricultura brasileira

A cana de açúcar foi à primeira atividade agrícola a ser financiada no Brasil através de capital holandês que financiava a refinação e a comercialização do produto tornando – se o Brasil na metade do século XVII como o maior produtor mundial.

“ Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que os capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil, bem como da importação da mão-de-obra escrava”. FURTADO 2002 pág.11.

Esta atividade açucareira perdurou por aproximadamente cem anos tendo seu ciclo finalizado no final do século XVIII sendo então substituído pela produção de café. O ciclo do café iniciado no Brasil

Império na década de 1830 e finalizado com a crise econômica de 1929 era a principal fonte de receita de exportação.

Após a abolição da escravidão em 1899 o financiamento na cafeicultura dar-se através de apoio governamental e de empréstimos internacionais. Segundo MASSUQUETTI (1999) “O governo conseguiu empréstimos no exterior (Inglaterra) e repassou tais recursos aos cafeicultores”.

Através de emissão de títulos da dívida pública o governo brasileiro assegurava recursos na Inglaterra para financiar a produção, sendo isto uma pequena demonstração de uma política de crédito rural.

Para regular os preços do café o governo utilizava a superprodução para fazer estoque e desta forma controlar os aumentos das sacas. Esta estratégia dura até a crise de 1929 quando ocorre a crise nos EUA fazendo com que houvesse no ano de 1933 queimas das sacas e erradicação dos cafezais no intuito de diminuir estoque e desta forma aumentar o preço da saca novamente. MIRANDA (1997) afirma que “A crise de 1930 representou o fim do modelo primário-exportador em duplo sentido. O Brasil saiu do padrão libra-ouro e a depressão do preço do café, que paralisou o mercado futuro, ou seja, os contratos de mercadorias londrinos foram rompidos gerando prejuízo, desfazendo desta forma o circuito de financiamento do modelo”.

1.2. A organização institucional do crédito rural no Brasil

Em 1929 ocorre a Grande Depressão em que a economia capitalista é abalada tendo como reflexo desta crise no Brasil o fim do financiamento na agricultura e também o fim do ciclo café.

Surgem novas idéias sobre a o caminho em que a economia mundial deveria seguir. Havia uma consonância entre os intelectuais capitalistas de que esta crise foi causada pela demasiada liberdade que os capitais gozavam. Os teóricos que acreditavam que o Estado deveria intervir na economia começavam a vencer o debate derrotando as teses liberais sobre a condução da economia.

O pensador e elaborador deste modelo de desenvolvimento credita-se no inglês John Maynard Keynes. O pensamento keynesiano baseava-se na presença forte do estado na atividade econômica, através de controles sobre os capitais, sobre as políticas cambiais e monetárias e, sobretudo, na utilização de déficits fiscais para financiar grandes

obras públicas e reaquecer a economia. Este pensamento foi à base do *New Deal*, política econômica implementada em 1933 nos EUA, pelo Presidente Roosevelt que além dos fundamentos teóricos de Keynes criaram-se estruturas institucionais e legais para promover o desenvolvimento e a recuperação da economia. Também em 1933, foi assinado o *Triple A, o Agricultural Adjustment Act*, que deu origem à primeira política agrícola norte-americana, a *Farm Bill*.

Em 1937 percorrendo a mesma trajetória do Governo Roosevelt, Getúlio Vargas aplica um golpe de estado no Brasil dando início ao “Estado Novo” que caracteriza com uma forte imposição por parte do Estado nos assuntos econômicos.

O grupo político que sustentava o Governo Vargas segundo FONSECA (1988) “possuíam, em comum, a rejeição ao liberalismo seja econômico ou político (...) em contrapartida, propunham um estado forte e intervencionista, capaz de vencer as barreiras políticas regionais, substituir o marasmo rural pela industrialização e o passado pela modernidade”.

FONSECA (1988) ainda afirmava que “o Estado Novo consagraria definitivamente que a tarefa principal do estado era vencer as barreiras ao desenvolvimento capitalista. A própria constituição outorgada ampliou exageradamente as tarefas do Poder Executivo, a quem caberia coordenar, planejar, incentivar e estabelecer as regras para o desenvolvimento nacional”

Em consonância a política iniciada no “Estado Novo” é criada em 09 de julho de 1937 através da Lei nº 454 a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil – CREAÍ que segundo (PINTO, 1980) “poderia classificar como uma primeira tentativa de sistematização do financiamento a agricultura”. Em 1943 outra medida é lançada pela ditadura Vargas, a Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

Em 1944 é realizado uma Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas conhecida também como a Conferência Bretton Woods que reuniu lideranças entre eles o economista John Maynard Keynes que buscavam encontrar um novo caminho para o desenvolvimento capitalista da economia internacional.

A declaração conjunta de Bretton Woods reforçou, para os formuladores de políticas macroeconômicas, a possibilidade de estabelecer suas próprias políticas monetárias, fiscal e cambial. Mais do que isto, deu origem a uma estrutura institucional voltada para o

desenvolvimento e para o alcance de objetivos como o pleno emprego. Dentre tantas outras conseqüências, o Sistema de Bretton Woods deu origem ao Fundo Monetário Internacional, o FMI, ao Banco Mundial ou Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, à Comissão Econômica para a América Latina, reformulou o Banco Internacional para Pagamentos, o BIS, transformando em “banco central dos bancos centrais”. Mais tarde, em 1959, foi criado o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. (PRETTO, 2005)

Em 1964 o governo militar cria o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG que objetivava unicamente a modernizar a agricultura brasileira. Para atingir a meta proposta e acreditando que só a partir de um crédito rural específico resolveria o problema do financiamento na agricultura é criado então o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.

“O SNCR, criado em 1965, através da Lei 4.829 (5/11/65), e regulamentado pelo Decreto 58.380 (10/5/66), era constituído pelo BACEN, BB, bancos regionais de desenvolvimento, bancos estaduais, bancos privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, cooperativas e órgãos de assistência técnica e extensão rural”. (LEITE, 2001)

É o período conhecido como o “Milagre Brasileiro” que segundo MASSUQUETTI (1999) “financiado pela disponibilidade de divisas, gerada pela expansão das exportações e facilidades na obtenção de recursos externos; e pela expansão do crédito bancário ao setor privado”. Resultado do acordo Bretton Woods, este período é conhecido como os anos dourados do capitalismo época de grande liquidez na economia internacional, responsável pelo fornecimento de parte considerável dos recursos utilizados no financiamento do desenvolvimento do Brasil o que explicaria o dito “Milagre Brasileiro”.

DELGADO (2001), sobre o SNCR ressalta que “como se sabe o instrumento fundamental da política agrícola brasileira na década de 70 foi a política de crédito rural subsidiado. Esta política foi viabilizada por uma conjuntura de grande liquidez no mercado internacional de crédito

e no sistema monetário doméstico, o que permitiu a implementação, no país, de uma política creditícia expansionista”.

Analisando esta trajetória do crédito rural, analisa-se que o Brasil atrasou 30 anos desde o fim do financiamento do café causado pela grande depressão, até a criação do SNCR para o financiamento na agricultura em 1965. PRETTO (2005) afirma que “a estrutura institucional, cuja montagem fora iniciada no Estado Novo, mais precisamente em 1937, com a criação da CREAL, estava em condições de atuação e – o que foi determinante – neste momento, pela primeira vez na história do crédito rural, havia recursos destinados para este fim”.

Sendo assim, fundamentado na existência de programas de crédito rural, na destinação de recursos públicos, oriundos do Tesouro Nacional, e privados, e com os financiamentos sendo realizado por instituições financeiras integradas ao Sistema Financeiro Nacional, o financiamento da agricultura brasileira adquiriu o desenho institucional que perdura até os dias atuais.

1.3. A Revolução Verde e o Crédito Rural

A forma escolhida pelos militares para modernizar a agricultura brasileira foi a aplicação dos preceitos da Revolução Verde. Nas décadas de 1960 e 1970 o espaço rural brasileiro adquiriu formas de produção industrial em escala com pacotes tecnológicos denominados de Revolução Verde que caracterizava em subsídio de créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola para as esferas agroindustriais, às empresas multinacionais de máquinas e de insumos industriais de síntese química para uso agrícolas como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos. Portanto, o crédito rural subsidiado e dirigido foi o principal instrumento da difusão da Revolução Verde.

Com a criação em 1966 do Sistema Nacional de Crédito, condicionou o apoio financeiro à aceitação de pacotes de assistência técnica, adubos de síntese química, agrotóxicos abrindo um grande mercado para estes produtos no Brasil.

MARTINE (1987) afirma que “Em essência esse pacote prometia a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas ou de alto rendimento; o aproveitamento efetivo destas sementes, porém, era condicionado ao uso integrado de máquinas e de insumos químicos”.

Em termos econômicos o modelo da Revolução Verde implicava, em custos produtivos crescentes devido à escassez relativa de recursos naturais daquela matriz energética, ao uso intensivo de

fertilizantes de síntese química e agrotóxicos e à deterioração dos recursos de solo, água e condições de clima das produções.

Para MOREIRA (2000) “a elevação de custos associada às crises do petróleo dos anos 70 se desdobra na agricultura brasileira como um processo de elevação de custos do pacote tecnológico da Revolução Verde. A crise financeira obrigou a uma redução significativa dos subsídios de crédito”. É nesta conjuntura que surge o programa do pró – álcool na necessidade de mudanças de matriz energética alternativa.

A posse da terra era a garantia proporcionada para obter o crédito bancário o que significava uma espécie de renda monopólio da terra, que era determinada pela condição única do solo em relação ao mercado (valor). “os financiamentos eram repassados com taxas de juros negativas, ou seja, faziam de fato uma transferência de renda para aqueles que os contraíam”. (PRETTO, 2005)

LEITE (2001) sobre a origem dos recursos públicos para o financiamento afirmava que “provinham das contas em aberto no Orçamento Monetário e (...) contavam ainda com a captação de recursos externos e com a oferta expansionista do Banco do Brasil”.

Não havia condições de mudança de paradigma no sistema produtivo dominante da época, pois, Para rescindir com o paradigma da revolução verde seria necessário romper com a monocultura e reduzir os custos monetários na produção, e isto, só seria possível com uma mudança do modelo produtivo com perspectivas sistêmicas e de diversidade produtiva.

Reduzindo os custos de produção das unidades de produção familiares provavelmente teria uma maior competitividade no mercado caminhando para um progresso econômico e social dentro dos preceitos da sustentabilidade.

O questionamento que vem a surgir é que dentro de um espaço econômico capitalista e competitivo as pequenas propriedades teriam condições de acumulação e de progresso econômico em um mercado oligopolizado e controlado por grandes empresas?

Historicamente, inclusive nos países desenvolvidos, a agricultura familiar, dada à sua posição de pequeno patrimônio produtivo em uma ordem econômica oligopolizada, tende a operar com renda da terra e lucro zero, ou próximos de zero (Veiga, 1991 e Abramovay, 1992), portanto, sem possibilidade de investimento ou acumulação. Esta vivência na competição pode ser visualizada pela constatação de que a renda líquida destes setores produtivos se aproxima – ou em certos casos é até menor – ao rendimento dos salários mais baixos da sociedade na qual estão inseridos. MOREIRA (2000)

Atualmente impõe-se aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária a necessidade de diversificar suas fontes de renda, o que implica em uma maior necessidade de força de trabalho. Mesmo com as iniciativas governamentais com o Projeto da Alimentação Escolar Lei 11.947 e do Programa de Aquisição de Alimentos ainda sim, carece de infra estrutura para que estes agricultores tenham condições de estabilizarem a sua renda. A saída para muitos tem sido às formas cooperadas para processar e comercializar o produto no intuito de fortalecer a posição no mercado.

1.4. Evolução do Credito Rural

A política agrícola de credito rural subsidiado no Brasil no período de 1960 a 1980 tinha a finalidade de compensar o setor agrícola dos efeitos negativos das políticas comercial, cambial e fiscal, e ainda, realizar a modernização da agricultura brasileira.

Os juros subsidiados que sempre beneficiaram os grandes proprietários por possuírem estruturas que garantem maiores capacidade de pagamento e neste caso, oferecendo menor custo na transação, desvirtua a alocação dos fatores de produção e reforça a concentração fundiária.

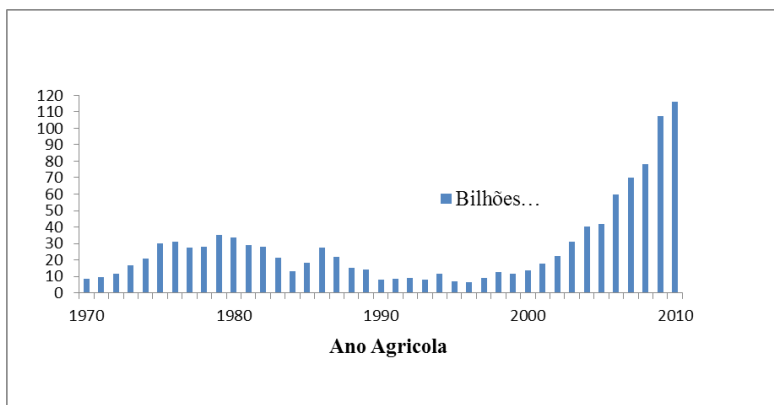
Os pequenos proprietários foram prejudicados por esta política, pois não tinham acesso ao sistema bancário. Além disto, a utilização de insumos (pacote tecnológico) estava vinculada à aquisição do crédito subsidiado, barateando o capital (e ao

mesmo tempo encarecendo a mão-de-obra), causando uma distorção na alocação dos recursos, na medida em que se dispensava mão-de-obra (abundante), não aproveitando as vantagens comparativas, e causando o subemprego e o êxodo rural. (GUIMARAES, 1997, pg 123).

Perante todos estes benefícios dado aos latifundiários, o governo ainda adotou mecanismos para que os preços agrícolas no momento da safra e entressafra não ocorressem flutuação nos preços. Foram dois mecanismos utilizados pelo governo: O primeiro era a AGF (Aquisição do Governo Federal) em que consistia do Governo comprar os produtos dos agricultores com preços prefixados. Deste modo, os produtores poderiam escolher entre vender para o mercado (ao preço de mercado) ou para o Governo (a preço fixado). Ao adquirir os produtos, o Governo estocava-os, a fim de vendê-los quando o produto estivesse escasso no mercado. O segundo denominava de EGF (Empréstimo do Governo Federal) que é uma linha especial de crédito de comercialização, facilitando ao agricultor a estocagem de seu produto, e a venda deste não prontamente após a colheita, mas em um momento mais favorável.

O volume de crédito rural financiado na agricultura brasileira evoluiu a partir da década de 1970 paralelamente com a “Revolução Verde”. De 1974 a 1982 observa-se um volume alto nos investimento em consequência de uma intermediação financeira feita pelo governo militar, captando recursos junto às unidades econômicas superavitárias gerando uma diferença positiva entre receita e despesas na balança comercial do país sobrando capital para reinvestir no próprio sistema financeiro. A partir de 1982 inicia um período de diminuição do crédito rural gerada pelo descontrole das dívidas internas e externas.

Gráfico (01): Recurso em Bilhões de Reais destinado ao SNCR



Fonte: BACEN – MDA. Adaptado, Organizado e Elaborado por Alan Denizzar

Em 1979 com o objetivo de atrair capitais internacionais tipicamente especulativos para reforçar as reservas internacionais do país, os EUA produziram um choque de juros para ampliar as reservas e defender a sua moeda, com isto, drenaram os recursos internacionais. Segundo TAVARES (1999) sobre esta decisão norte americana iniciada em 1979-80 “multiplicou por três o tamanho da dívida externa do Brasil e levou a periferia capitalista à crise da dívida externa e o planeta à crise mundial de 1980/81”

Os recursos para investimentos desaparecem ao mesmo tempo em que as rendas oriundas da exportação de *commodities* diminuíram consideravelmente. A partir do início dos anos 80, encerrou-se o Milagre Brasileiro, período de crescimento acelerado que o país viveu, atrelado ao crescimento da economia mundial e à fatura de recursos externos para investimentos. PRETTO (2005) pg 28.

De 1983 a 1986, o SNCR investiu moderadamente em relação aos anos anteriores. Em 1986 em decorrência do plano cruzado o valor financiado aumentou significativamente elevando-se para R\$ 27 bilhões.

Durante estes períodos vale ressaltar a questão das taxas de juros, fator este determinante na capacidade de pagamento do crédito. Entre os anos de 1970 a 1982 as taxas de juros foram sempre negativas. Segundo MASSUQUETTI (1999) as taxas de juros de 1979 eram de -36,20% e em 1980 de -41,80%. Isto significava em termo financeiro

que o agricultor teria que devolver ao final do contrato um valor bem menor do que recebeu. PRETTO (2005), afirma que “o governo brasileiro doou, na forma de juros subsidiados, para setores da agricultura brasileira, mais de US\$ 10 bilhões em cada um dos anos citados”.

Em função da escassez de recurso a partir da década de 1980, intensifica a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que foi criado em 19 de dezembro de 1966 e que agora ganha força durante este período.

A PGPM permitia ao governo mais controle sobre os recursos através de mecanismos de subsídio ao crédito para custeio e comercialização, de assistência técnica, de políticas de estoques, de seguro agrícola - para proporcionar redução dos riscos ambientais e de preços mínimos - para assegurar nível de renda, buscou-se expandir a fronteira agrícola, notadamente, nas regiões sudeste e centro-oeste. CONAB (2006)

Martine (1990), afirma que a redução do crédito subsidiado, e a conseqüente diminuição da utilização de insumos não afetaram a produtividade. Isto está relacionado diretamente com o PGPM que protegeu os agricultores dos riscos associado à crise econômica, controlando eficientemente os preços agrícolas. Neste período o Brasil passava em uma fase de hiperinflação e os agricultores necessitavam de estabilidade.

Durante este período havia um temor que com o fim dos subsídios, a produção agrícola ficasse comprometida. No entanto, não houve queda da produção agrícola e a agricultura brasileira obteve um bom desempenho. De acordo a Rezende (1993) “Na crise dos anos 80 a agricultura emergiu como o setor econômico líder”. Isto significa que o crédito não afetou significamente a produção agropecuária durante o período de 1980 – 1985 comparando até mesmo com o setor industrial neste período.

Este período vai até 1985 e se esgota por completo no final da década de 1980 com o advento das políticas neoliberal implantadas pelo Governo Collor redefinindo o papel do estado enquanto agente econômico planejador, investidor e empresário e pela estabilização dos preços devido ao Plano Real.

Os recursos para as políticas de crédito e de preços mínimos foram severamente afetados pela escassez de recursos públicos fiscais e financeiros aplicados nas políticas agropecuárias. Externamente, o avanço do processo de internacionalização e globalização da economia exigiu o aumento da competitividade de todos os participantes do processo produtivo devido a maior integração produtiva, comercial e financeira com o resto do mundo. CONAB (2006)

Sobre a redução na disponibilidade dos recursos, LEITE (2001 pg 65), diz que “temos que o agravamento do ambiente macroeconômico e o comprometimento dos recursos públicos com os serviços da dívida externa e interna (...) fizeram com que fosse criada uma série de mecanismos no sentido de controlar o repasse dos recursos e diversificar as fontes dos mesmos”.

Pressionado pelo FMI o governo introduz mecanismo para fazer ajuste fiscal, dentro destes mecanismos encontra-se a correção monetária sobre os valores emprestados e o aumento das taxas de juros..

Em 1986 vem a principal medida que restringe o crédito rural; o governo toma a decisão de encerrar a Conta Movimento, mecanismo legal que permitia ao Banco do Brasil atuar como Autoridade Monetária pois representava uma conta corrente de livre movimentação, mantida em Banco pela empresa, neste caso, o próprio governo.

No período expansivo do crédito, o Banco do Brasil atuava criando moeda, ou seja, tinha uma prática agressiva de concessão de créditos, contratando com os agricultores e depois captando os recursos através da Conta Movimento. A existência desta conta em aberto foi uma das principais características do período expansivo do crédito rural brasileiro. PRETTO (2005) pg.29

A fase expansiva do crédito rural ocorre nas contradições, pois, eram extremamente seletivos excluindo diversos agricultores pequenos do processo produtivo. De acordo a PINTO apesar de ser conhecida como fase expansiva do crédito rural, a fase que se encerrou em 1986 foi extremamente seletiva. “em 1970 os estabelecimentos com menos de 10 ha ocupavam 3,14% da área total geravam 17,79 % da produção e recebiam apenas 5,48% do crédito”. PINTO (1980) pag. 150.

Ainda sobre este mesmo período referido acima, nesta expansão de recurso do crédito rural, e também sobre a exclusão de agricultores para ter acesso ao crédito afirma:

“convém ilustrar a seletividade do crédito (...) mesmo obtendo apenas o número de contratos – não o número de pessoas – algumas estimativas observam que, nos anos mais abundantes, o número de agricultores que tiveram acesso ao crédito rural, no final dos anos setenta não passou de 11%, ou seja, 89% dos agricultores, nem nos anos mais fartos tiveram acesso ao crédito rural. A partir dos anos oitenta (...) há redução do volume do crédito e o processo fica mais excludente”. MIELITZ NETTO (2003), pag. 29

Durante a década de 1990 ocorreram mudanças econômicas resultando em uma economia mais “aberta” para o mercado internacional abrindo as portas do país para comércio, investimento, finanças e tecnologias, destacando desta forma segundo Homem de Melo (2003) a liberalização econômica e do comércio internacional; reforma da participação do estado na economia; Criação do MERCOSUL; desindexação do Plano Real e o controle da inflação.

Alguns aspectos desta abertura comercial trouxeram consequências negativas do ponto de vista do contexto macroeconômico que são abordados por Homem de Melo (2003) como, por exemplo, a tendência de valorização cambial (1993 – 1998); juros reais elevados; política fiscal contracionista, com o intuito de controlar os preços internos; o crescimento interno foi relativamente pequeno, o que limitava a demanda de alimentos e ainda; ocorreram reduções excessivas das tarifas de importação de alguns produtos agrícolas que ainda contam com subsídios nos países industrializados.

Em meio aos aspectos favoráveis, podemos destacar a redução dos preços dos insumos agrícolas (fertilizantes, defensivos, medicamentos, máquinas, entre outros); a criação do PRONAF em 1995; as cotações internacionais de produtos agropecuários tiveram uma Melhoria até 1997.

Ainda durante a década de 1990, o governo evitava formação de estoques públicos alegando custos elevados, entretanto os recursos de crédito custeio foram transferidos para o crédito comercialização criando o Empréstimo do Governo Federal (EGF), permitindo ao

produtor armazenar parte de sua produção durante a época de safra, diminuído a oferta e, conseqüentemente assegurando que os preços não caíssem demasiadamente. Esta política reduziu significativamente a Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM).

Além desta garantia, ainda possuía a Aquisição do Governo Federal (AGF) um instrumento em que o governo adquiria a produção para garantir o preço mínimo, assegurando preços de mercado quando estes tivessem abaixo do mínimo. A AGF pode ser direta quando o produtor entrega a produção diretamente ao governo, e, indireta quando o EGF é liquidado através da entrega ao governo da produção estocada.

Em 1992 foi criado o Premio de Liquidação (PL) em que a dívida do EGF poderia ser liquidada com a venda do produto, e o governo garantiria a diferença entre o valor do débito e a receita de vendo do produto.

No ano de 1993 cria-se o sistema de equivalência – produto em que a dívida do produtor que adquiriu o custeio era estabelecida em unidades do produto financiado, no momento da concessão do crédito. Este crédito custeio foi limitado a alguns produtos agrícolas, por exemplo, algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e trigo.

Até a regulamentação da PL em 1993 as despesas do governo só aumentavam com o EGF, pois, este tinha que ser convertido em AGF e depois poderia ser vendido o produto. “muitas vezes o governo ficava impossibilitado de vender seus estoques, pois o preço de mercado situava-se freqüentemente abaixo do Preço de Liberação dos Estoques (PLE)” GRYZAGORIDIS e FERREIRA (2008).

O PLE é um regulador de preços, definido quando o governo libera os seus estoques correspondentes ao preço médio de atacado dos últimos 60 meses acrescendo um Mark up (preço do produto está acima do preço de produção e distribuição) de 12 a 17%. Atingindo o PLE o governo vende o seu estoque.

Segundo GRYZAGORIDIS e FERREIRA (2008) Apesar dos esforços do governo em restringir seu envolvimento direto na retenção de estoques, em 1995, houve uma formação recorde de estoques públicos, enquanto ao mesmo tempo aumentavam as importações de alimentos pelo setor privado.

Também no ano de 1995, o Plano Real alcança a “estabilização monetária” refletindo positivamente sobre o setor agropecuário, tendo em vista, que favoreceu ao planejamento dos investimentos agropecuários.

No entanto, a supervalorização cambial no Brasil em consequência do Plano Real diminuiu a renda dos agricultores, a rentabilidade das áreas produtivas e consequentemente, diminuindo crédito de investimentos para a expansão da produção.

A valorização cambial foi consequência das circunstâncias macroeconômicas particulares da década, como altos índices de inflação e diversas tentativas de estabilização, tendo sido sustentada via vultosos influxos de capital, em virtude das otimistas expectativas em relação ao futuro e das altas taxas de juros domésticos reais e, ainda, do grande número de privatizações de empresas estatais. Gasques & outros (2001, p. 263)

Na década de 1990 em consequência dos juros elevados cresce a inadimplência dos agricultores, e para piorar ainda mais a situação a dívida era corrigida por juros flutuantes, isto é, consistia em admitir a modificação dos valores depois deles terem sido fixados definitivamente, neste caso, o juros não eram fixos estabelecendo uma percentagem (a taxa) calculada sobre o valor nominal da dívida, de modo que o devedor podia saber, no futuro, quanto devia, efetivamente pagar. Faveret (2002), afirma que a alta dos juros, (combinada com a apreciação cambial), os custos em alta, e os preços em baixa, foram responsáveis pela crise agrícola de 1995. Neste mesmo ano, foi proposto pelo governo federal o alongamento da dívida dos produtores rurais, através da Lei 9.138.

Entre os anos de 1994 a 1999 os bancos, foram obrigados a restringir e selecionar os contratos de financiamentos, tendo os assentados da reforma agrária e agricultores familiares dificuldades para acessar os créditos.

Durante esta crise agrícola o governo decidiu realizar uma reforma política adotando instrumentos que segundo GRYZAGORIDIS e FERREIRA (2008) foram às seguintes:

- Abolição da Taxa Referencial (TR) nas operações de custeio e comercialização do crédito rural, através da Resolução 2164/95, passando a adotar uma taxa de juros fixa (16% ao ano na safra 1995/ 96);
- Abolição da equivalência-produto, que não se fazia mais necessária com a estabilização econômica. Hoje, são

beneficiários desse mecanismo apenas os produtores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);

- Os preços mínimos passaram a ser fixados e termos nominais fixos para o ano agrícola 1995/ 96 e nos mesmos níveis da safra de 1994/ 95, que não foram corrigidos pela TR. Deste modo, houve queda significativa no valor real dos preços mínimos entre 1995 e 1996;
- Criação do “*Leilão de Prêmio de Equalização*”, a fim de reduzir perdas de estoque e custos do programa;
- *Securitização* (alongamento) da dívida dos produtores em 1995;
- Criação do “*Prêmio de Escoamento do Produto*”, pelo qual o governo se dispõe a pagar a quem adquirir o produto do agricultor, a diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo, por meio de leilões públicos;
- Substituição do EGF-cov pelo “*Contrato de Opção de Venda (COV)*”, impedindo que a garantia de preços esteja vinculada a um dispêndio imediato de recursos

O leilão de premio de equalização é uma autorização do governo para que o produtor possa vender o seu produto compensando preço de venda ao preço mínimo. O produtor que exigir o menor subsidio arremata o estoque no leilão.

Observa-se que o preço mínimo adotado pelo governo possui em sua característica uma modalidade de seguro contra a queda de preço. O contrato de opção de venda oferece ao produtor agrícola o direito de vender a sua produção em um valor monetário preestabelecido respeitando a data limite do contrato. Os contratos apenas são lançados quando os preços pagos aos produtores estão baixos, ou, quando o governo investe em incentivar o plantio de um dado produto escasso no mercado.

Vale destacar que há uma diferença entre os preços mínimos e contrato de opção de venda. O primeiro é uma garantia gratuita que esta sujeita a disponibilidade orçamentária, enquanto que o COV é uma garantia onerosa ao estado, mas que em compensação é uma garantia certa. Esta estratégia foi estabelecida no intuito de reduzir os estoques privados, o que na verdade não ocorreu.

A resolução 2399/96 foi determinante para o retorno do crescimento dos investimentos no setor rural, pois, esta resolução pré-

fixou a taxa de juros dos financiamentos para aquisição e recuperação de máquinas e implementos agrícolas. Durante o período de 1998/1999 a taxa de juros teve um comportamento de queda, e a partir desta safra a taxa de juros se manteve em 8,75% ao ano.

Em 1995 pressionado pelos movimentos sociais do campo, o Governo Federal criou o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, primeiro programa de crédito rural construído para apoiar os pequenos agricultores, arrendatários, meeiros, parceiros, trabalhadores rurais ou mesmo colonos, agora reunidos sob o conceito de agricultores familiares.

A partir deste ano, como já foi dito anteriormente, o governo passou a operar com juros fixos nas linhas de crédito rural. A característica de adoção de critério de crédito mais rigoroso com, por exemplo, não realizar contrato com beneficiário que esteja inadimplente com o Banco é uma das particularidades adotadas pelo governo para tentar controlar a elevada inadimplência agrícola. Com isto, os agentes financeiros de crédito bloqueiam o financiamento para os agricultores, pois o risco percebido pelos bancos aumentou, tornando-os mais seletivos nas contratações.

Pode-se observar que durante a evolução do crédito rural os médios e grandes agricultores apropriaram – se da totalidade do subsídio governamental para a agricultura, devido às taxas reais negativas. Mesmo em seus momentos de crise agrícola no Brasil, o governo encontrava soluções para salvarem os latifundiários adotando sistema bastante peculiar que onerava os cofres da união em benefício de uma pequena parcela de produtores do país.

Diante tudo isso, a pequena agricultura que corresponde 64,4% dos agricultores só foi lembrada pelo governo brasileiro em 1995, trinta anos após a criação do SNCR, e mesmo assim, sobrevivendo com pouco recurso chegando ao absurdo no plano safra de 2010 de liberar apenas R\$ 16 bilhões aos agricultores familiares, equivalente a 14% do volume total que é de R\$ 116 bi. Os outros 86%, ou, R\$ 100 bilhões foram encaminhado para a agricultura comercial.

Fica claro, portanto, que o modelo de financiamento da agricultura brasileira os agricultores maiores e mais capitalizados continuam tendo acesso ao crédito, por outro, os então denominados pequenos agricultores tem as suas condições de acesso ao crédito rural dificultadas sendo evidenciado no plano safra de 2008/2009 que dos R\$ 13 bilhões disponível, foram utilizados apenas R\$ 8,6 bilhões, menos de 67% do programado e, no plano safra de 2009/2010 que havia R\$ 15

bilhões destinado, foram utilizado apenas R\$ 10,2 bilhões, 68,6% do montante, de acordo ao levantamento do Banco Central no mês de maio de 2010.

1.5. O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA)

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado em 1985, elaborado a partir da pressão das organizações sociais populares a exemplos dos trabalhadores rurais sem terra, pequenos agricultores para que o governo tratasse das questões relacionadas ao financiamento da produção agrícola em pequena escala. Dentro destas mobilizações sociais ainda constavam em pauta a revisão das dívidas dos agricultores, a queda nas taxas de juros cobradas e a criação de linhas de crédito mais adequadas à situação dos agricultores que produziam em pequenas áreas, com base no trabalho familiar (Medeiros, 1989).

As operações contratadas no PROCERA de acordo as fontes de recursos no período entre os anos de 1996 a 1997, o valor total das operações desta linha de crédito foi em média US\$ 207 milhões por ano; no triênio anterior (1993/95) esse valor médio anual foi de apenas US\$ 88,5 Milhões, implicando um aumento de 134%.

Quadro 01: PROCERA: Valor total das Operações em US\$ Milhões

Fonte	1993	1994	1995	1996	1997
PROCERA	88,3	82,6	94,6	223,7	190,0

Fonte: INCRA

Esta expansão de recursos era relacionada com a utilização dos fundos constitucionais, que segundo Rezende (1999, pg. 7), “o PROCERA passou a receber 10% dos fundos constitucionais com base na Portaria Interministerial nº 36, de 6.2.1992, e posteriormente na Lei nº 9.126, de 10.11.1995, cujo art. 7º obriga os bancos administradores a aplicar 10% dos fundos constitucionais no PROCERA”.

Em 1986 o governo Sarney acatava em alguns pontos às previsões feitas pelo PNRA e lança o Programa de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), instituído pelo Voto nº 046 do Conselho Monetário Nacional (CMN), aprovado em 31/01/1986 (Incrá,

2003). Este programa só passou a ter dotação orçamentária em 1987 quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) determinou a criação de Comissão Gestoras nas Unidades Federais que seriam os responsáveis pela implantação do programa. “De acordo com dados do INCRA citados por Jorge (2001), até 1989 o PROCERA havia atendido a 30 mil famílias e movimentado 100 milhões de dólares, um volume de recursos aquém da demanda reivindicada pelos agricultores assentados”. (BRUNO e DIAS, 2004, pg. 11).

Durante o governo Collor o programa é paralisado, chegando à incoerência de que no ano de 1990 nenhum projeto fosse contratado assim como várias mudanças políticas foram implementadas como:

(a) a extinção da SEPAI do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD) que administrava e gerenciava o Programa; (b) a saída do BNDES do PROCERA, que era o administrador e o gestor do seu fundo rotativo; (c) a política de extinção de subsídios do novo governo; (d) as profundas mudanças administrativas que alteraram inteiramente a tramitação dos projetos de financiamento”. (Jorge, 2001, p.83).

O PROCERA foi concebido no intuito de garantir aos agricultores assentados acesso a recursos financeiros, em condições diferenciadas, para investimentos em processos produtivos. A finalidade era aumentar a produção dos assentamentos, possibilitando sua inserção nos mercados para que, rapidamente, eles se emancipassem, livrando-se da tutela do governo, de modo que os assentados obtivessem a titulação definitiva da terra.

Neste aspecto, a emancipação só seria possível se as atividades desenvolvidas pelos assentados fossem economicamente viáveis, o que, por sua vez, dependia da “plena inserção do assentado no mercado”. Segundo Rezende (1999, p.12) não havia outra opção além do mercado por que: “(a) a produção de subsistência impede maior grau de especialização produtiva e assim limita os ganhos de produtividade; (b) a produção para o mercado, com conseqüente sujeição às forças de livre concorrência, leva o agricultor à busca incessante de informações e de maior capacitação; e (c) só a produção mercantil e a conseqüente geração de renda monetária permitem a satisfação mais plena das

necessidades de consumo, que vão muito além do permitido pela agricultura de subsistência”.

Nesta visão, o crédito tinha como única função o aumento da produção e da produtividade, oferecendo uma orientação mercantil à produção agrícola para encurtar o tempo necessário à emancipação dos assentamentos, vistos como fardos a serem carregados pela administração pública. Caracterizava uma ideia equivocada sobre o processo de desenvolvimento dos assentamentos, pois, associava o crédito ao processo de mudança da base técnica de produção seguindo a receita da modernização da agricultura.

Esta concepção resultou nas mudanças dos sistemas produtivos tradicionais nas áreas de reforma agrária, contribuindo para a expansão dos rebanhos de leite e instalação de monoculturas perenes. Este fato demonstram como os recursos do PROCERA permitiram a introdução de novas tecnologias de manejo dos cultivos e da criação animal nos assentamentos, contribuindo, em algumas situações, para inserção dos agricultores assentados nos mercados locais ou regionais e para a substituição de sistemas de produção tradicionais e mais diversificados.

No entanto podemos analisar que o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária contribuiu de forma positiva para o aumento da produção e da produtividade agrícola dos assentados, e conseqüentemente, a sua integração ao mercado. As razões que possibilitaram este avanço foram as seguintes: “a) ele viabiliza o investimento necessário, ou seja, contorna a forte restrição de capital que caracteriza o público-meta da reforma agrária; e b) força a reorientação mercantil, ao criar um compromisso financeiro que só pode ser resgatado por meio de investimento na produção visando ao mercado; o crédito estaria, assim, cumprindo um papel de *aríete* na promoção da produção mercantil. (REZENDE, 1999, pg. 17). Nesta perspectiva, tornou-se a reforma agrária um programa de sucesso.

Todo este proveito do PROCERA está relacionado à duplicação do valor do crédito custeio (de R\$ 1 mil para R\$ 2 mil) e um rebate de 50% do principal e juros, no período de apenas um ano. A partir do ano de 1996 (três anos antes do encerramento do Programa), o assentado continuou a contratar o valor de R\$ 2.000,00 de custeio no primeiro ano, atrelado ao custeio um crédito investimento a ser pago no mesmo prazo do custeio. Consequente passou a contratar mais R\$ 2.000,00 todo ano (a partir do segundo), pagando, no vencimento de um ano depois, apenas R\$ 1.000,00 por causa do rebate de 50%. Observa-se então, que este

tipo de sistema de crédito permitiu que os assentados acumulassem capital no decorrer dos anos sem correr riscos.

“Ao cabo de 10 anos, por exemplo, o assentado que tomar o crédito de custeio todo ano a partir do primeiro terá um ganho financeiro de R\$ 9 mil. O banco poderá, ainda, facilitar a vida desse assentado fazendo coincidir o vencimento de um empréstimo com a contratação do próximo, o que é conhecido como “mata-mata”, procedimento que fere as normas do crédito rural, já que contribui para converter o crédito rural favorecido numa mera operação de ganho financeiro”. (REZENDE, 1999, pg. 11)

O PROCERA teve a sua importância para a estruturação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos, aumentou a composição do patrimônio e da renda bruta dos agricultores assentados. Este incremento teve reflexos positivos diretos na ampliação da produção dos assentamentos. A disponibilidade de recursos também permitiu, em alguns casos, a introdução de novas tecnologias, técnicas de manejo e maiores possibilidades de inserção positiva nos mercados.

“o crédito rural através do PROCERA tem sido um grande potencializador e diferenciador dos assentamentos de reforma agrária. É através das diversas modalidades de crédito destinadas à reforma agrária que os assentados buscam estruturar minimamente suas propriedades, principalmente entre aqueles que não dispunham de nenhum instrumento de trabalho ao serem assentados”. BITTENCOURT *et al.* 1998, p.36),

Na visão do INCRA (2003), afirmaram que o PROCERA não viabilizou a emancipação dos agricultores assentados em relação a intervenção estatal como tinha sido pensado o programa. “o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA não alcançou o objetivo principal para o qual foi criado, o de propiciar a emancipação do produtor assentado em relação ao Estado” (INCRA, 2003, p.13).

Diversos problemas ocorreram durante a aplicação do PROCERA, prejudicando a ideia de “emancipação” dos agricultores assentados. Dentro tantas podemos citar a insuficiência, a

descontinuidade e a demora nos processos de liberação, contratação e pagamento dos mesmos.

Além da insuficiência dos recursos (que mesmo com valores duplicados, não atendiam a maioria dos agricultores assentados), tanto Bittencourt *et al.* (1998) quanto Cordeiro *et al.* (2001) relatam, a demora no acesso dos agricultores ao crédito e o descompasso entre os processos administrativo-burocráticos e as necessidades dos processos sociais de produção agrícola. Em uma pesquisa realizada em 20 Projetos de Assentamento em todas as regiões do Brasil, Bittencourt *et al.* (1998, p.34) encontraram situações, no Paraná, Maranhão e Pará, em que os recursos do PROCERA somente chegaram aos agricultores oito anos após a sua instalação nos assentamentos, fato que determinou, para muitos, a impossibilidade de permanência na terra.

Soma-se a estes problemas o papel realizado pelo INCRA na condução dos processos de contratação dos créditos, o estudo de Silva *et al.* (1995) aponta a timidez de suas ações, caracterizadas pela baixa capacidade operacional. Jorge *et al.* (1998), na mesma linha, denunciam a inexistência, no INCRA, de um controle sobre os recursos destinados ao PROCERA. Para estes autores, não existia controle sobre a disponibilidade de recursos e uma base de dados sobre a aplicação dos créditos.

Tendo em vista que para o governo o PROCERA deveria defender a idéia do agricultor moderno, de perfil empresarial, disposto a aprender e praticar a disciplina financeira que lhe permita atingir eficácia na utilização dos recursos disponibilizados pelo programa de crédito, ao invés da construção de uma intervenção estatal que buscassem uma nova relação com os segmentos sociais historicamente postos em segundo plano pelas políticas públicas, o PROCERA contribui para a tecnificação e consequentemente o aumento da produção e a inserção dos assentados ao mercado.

Esta percepção sobre o Programa e sobre o papel dos agricultores assentados no processo de execução dos projetos técnicos financiados, e principalmente a forma de financiamento com a utilização dos fundos constitucionais, influenciou o processo de extinção do Programa a partir de sua integração ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no final da década de 1990.

1.6. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Na década de 1990 o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) realizam estudos sobre a política pública para a agricultura brasileira lançando o documento: “Brasil: o gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais (Relatório nº 11738-BR)”, publicado em 1993 (BANCO MUNDIAL, 1993). Este documento torna-se base para a reformulação da política agrícola brasileira tendo a FAO e o INCRA acordando um convenio de cooperação técnica firmado em 1994, com a finalidade de “contribuir na elaboração de uma nova estratégia para o desenvolvimento rural no Brasil” (FAO/INCRA, 1994, p.1).

Como o estado brasileiro afirmava contundentemente que não tinha recursos financeiros para sustentar os investimentos públicos no modelo, (O aumento do poder do capital financeiro sobre o produtivo, decorrente da maior abertura e da desregulamentação dos mercados financeiros, foi um dos fatores que aumentou a vulnerabilidade da economia) como ocorreu na década de 1970 com crédito subsidiado aos médios e grandes produtores rurais e também como a década de 1980 com a política dos preços mínimos, restou apenas corroborar com o ideário neoliberal do Banco Mundial que possuía “limitados” (?) recursos financeiros para a “erradicação da pobreza e manutenção dos estoques de alimentos para evitar crises de abastecimentos de alimentos, à promoção do ideal da sustentabilidade produtiva e à correção de eventuais falhas de mercado” (Oliver, 1994).

O Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) foi criado em 1994 pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAARA) no governo de Itamar Franco. Este programa é o embrião do PRONAF que surgiria um ano depois. Inicialmente, o PRONAF operava apenas o custeio agropecuário que atendia a uma reivindicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Os recursos eram oriundos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) por meio do BNDES com um alcance muito limitado por conta de suas exigências para contratação dos financiamentos (BRUNO, 2004, pg 25). Em 1996 os recursos passaram a ser operados pelo Orçamento Geral da União (OGU) e desta forma o PRONAF passa a ser um programa inteiramente governamental.

O “Novo Mundo Rural” documento lançado no governo de Fernando Henrique Cardoso que intitulava “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado” (MDA, 1999), tinham como objetivo reformular as políticas públicas para a agricultura familiar e assentados de reforma agrária.

Este documento foi influenciado pelo Banco Mundial que recomendava rever as políticas públicas para o desenvolvimento rural, sugerindo que o Estado desse uma prioridade a agricultura familiar integrando sua produção ao mercado. “O mercado passava a ser visto tanto como um meio para obtenção do acesso à terra, por intermédio de programas como o Banco da Terra, como um objetivo a ser alcançado na viabilização econômica dos agricultores familiares” (Vilela, 1997).

Nesta concepção o mercado regulava a ascensão do desenvolvimento econômico e subordinava todas as alternativas de promoção do aumento da produção no campo e das condições de vida. “De acordo o diagnóstico do Banco, na medida em que o Estado diminui seu tamanho e sua intervenção, outros atores entrariam em cena para compensar sua ausência e realizar um tipo de trabalho que superasse o estilo burocrático e centralizado que historicamente caracterizava a intervenção governamental”. (BRUNO e DIAS, 2004, pg 28). Neste entendimento o Estado Brasileiro passa a cumprir um papel de subordinação ao mercado financeiro internacional iniciando um processo de descentralização, enxugamento e posteriormente privatização das instituições públicas administrativas.

O Relatório nº 11738-BR ainda recomendava a retirada dos subsídios do Estado, dando fim ao suporte financeiro da agricultura. Esta recomendação teria como finalidade criar programa específico de crédito para a agricultura familiar com o mínimo de intervenção estatal e estimular que os beneficiários do programa compartilhassem os custos e riscos do financiamento, que o agente financeiro teria um efeito positivo sobre a “sustentabilidade do crédito”.

A FAO na década de 1990 também defendia as mesmas proposições do Banco Mundial que em sua análise referiam-se sobre a questão do ajuste fiscal como uma necessidade para conter a crise nos países latino americanos. “Reduzir a intervenção estatal e criar programas e políticas públicas que mobilizassem os poucos recursos existentes e a iniciativa privada em prol da inserção mercantil de

determinados segmentos da agricultura familiar, excluídos do processo de modernização” (FAO, 1991).

Em 1994, após o relatório do Banco Mundial a FAO elabora um programa de crédito rural para a agricultura familiar e firma um convênio de cooperação técnica com o INCRA UTF/BRA/036/BRA). Este relatório diferenciava a agricultura patronal que historicamente sempre foram beneficiadas pelo Estado pela agricultura familiar, que se encontrava a margem dos programas governamentais.

A pesquisa realizada identificou que 75% dos estabelecimentos rurais no Brasil tinham características de produção familiar. Do total de estabelecimentos identificados, 44,2% eram familiares, mas tinham recebido apenas 11% do total dos financiamentos. Diante deste quadro, recomendava-se superar a tendência histórica de benefício à agricultura patronal e o incentivo a segmentos da agricultura familiar, com um novo padrão de investimento público, o que incluía a criação de uma política de crédito especial. (BRUNO e DIAS, 2004, pg. 30).

Este diagnóstico publicado no relatório da FAO tornou-se positivo para as organizações populares camponesas, pois diferenciava a agricultura familiar em três categorias de acordo a renda bruta exclusiva das atividades agropecuária, o que tecnicamente poderia medir o grau de mercantilização em que o processo produtivo teria alcançado. As três categorias eram definidas da seguinte forma: “agricultura familiar consolidada”, a “agricultura familiar em transição” e a “agricultura familiar periférica”. Na avaliação de Corrêa & Ortega (2002, p.2), “um dado importante desta divisão é que ela mostrou que a grande maioria dos produtores familiares estava nos últimos dois estratos, que são classificados como inviáveis economicamente em relação à infraestrutura disponível”.

É a partir desta diferenciação que a FAO recomendou aos governos centrar forças aos agricultores familiares em transição por possuir capital capaz de ascender ao grupo dos agricultores já consolidados, pois, temiam que a falta de recurso e aporte financeiro a esta categoria poderiam regredir para a categoria de agricultores periféricos, não descartando política assistencialista aos agricultores excluídos do processo produtivo.

De acordo a BRUNO e DIAS, (2004, pg. 28) “tanto a tipificação da agricultura familiar quanto as recomendações políticas do relatório foram consideradas pelos formuladores do PRONAF”. Portanto, concentraram força especificamente aos agricultores em transição, “aquela em que a porção mais significativa do esforço do PRONAF deve ser concentrada, dado o risco de os agricultores desta modalidade regredir para o estado da agricultura familiar periférica e o seu potencial para serem promovidos para a modalidade de agricultura familiar consolidada” (PRONAF, 1995, p.38 Apud. Vilela, 1997), deixando uma margem bastante significativa dos considerados agricultores periféricos sem condições de evoluir no processo produtivo.

Desta forma, era feita uma triagem dos beneficiários que de acordo a capacidade de acesso a novas tecnologias e aos mercados, desenvolvia, entre os agricultores familiares, os níveis de mercantilização seriam critérios para construir as metas do programa.

Retornávamos novamente ao modelo desenvolvimentista que foi a sustentação da modernização da agricultura na década de 1970 que consistia em “aumento da produção via tecnificação dos processos produtivos para promover a diminuição dos preços e o aumento da competitividade”. (BRUNO e DIAS, 2004, pg. 32)

Para o Programa, o padrão de organização social da produção e a sua função social no desenvolvimento econômico nacional teriam como base as noções de produtividade e rentabilidade. Torna-se visível a característica produtivista do PRONAF.

O PRONAF surge em um contexto de grande mobilização social na década de 1990 através das organizações sociais campesinas e de agricultores familiares que reivindicavam acesso à terra e melhores condições de permanência produtiva no campo, pressionando o governo por políticas públicas favoráveis à reforma agrária, o que abrangia, dentre uma das principais demandas, a questão do crédito rural. O Programa surgiu como uma novidade institucional relacionada a redefinições do papel a ser desempenhado pela pequena produção agrícola de perfil familiar nos processos de sua integração aos mercados e de promoção do desenvolvimento econômico.

Considera-se desta forma que o PRONAF trouxe inovações na política pública para a agricultura. Primeiramente atendia mesma de forma limitada às reivindicações dos trabalhadores rurais, considerando a agricultura familiar como um setor importante que necessita de apoio público; a sustentabilidade ambiental aparece como fator primordial da manutenção da família no campo e reconheciam um programa de gestão

social com as participações organizações sociais familiares e camponesas.

Com tudo isso o PRONAF ainda não resolveu questões de extrema importância para os agricultores familiares e camponeses que está relacionada a proposta do programa, como por exemplo difundir tecnologias que diminua os impactos sobre o meio ambiente; economizar a mão de obra, isto é, diminuir a penosidade de trabalho dos agricultores familiares, em decorrência da modernização do processo de produção. “A incapacidade da unidade familiar de se sustentar exclusivamente da agricultura é vista como evidência da impossibilidade desse tipo de produtor de assimilar as demandas e a própria lógica de mercado e de incorporar as inovações tecnológicas” como argumenta Carneiro (1997, p.78).

Neste contexto, repetiam-se algumas características observadas na formulação do PROCERA, ou seja, a elaboração de uma política pública que não previa um conjunto de outras medidas alternativas e complementares que lhe desse suporte, a compreensão de um processo de mudança social fundado em concepções dualistas e evolucionistas – para as quais o tradicional ou o atrasado se superaria pela imposição da modernidade, compreendida como o processo induzido de inovação tecnológica – e a projeção da imagem do agricultor moderno, aquele que ao assumir o projeto de intervenção estatal engaja-se na racionalidade técnica exigida pela necessidade de viabilização econômica, único critério aceitável para medir o sucesso da sua organização produtiva. Partindo desta concepção, na prática, diversos impasses conceituais, administrativos, políticos e estruturais foram se apresentando como obstáculos à realização dos objetivos imaginados (Rosa, 1995, Corbucci, 1995).

Como no PROCERA, as fontes de recurso do PRONAF - Crédito Rural são o Orçamento Geral da União (OGU) e os Fundos Constitucionais (Norte, Nordeste e Centro Oeste). De acordo com o Manual de crédito rural referente ao plano de safra da agricultura familiar para 2004-2005 (MDA, 2004), a distribuição dos recursos é feita de acordo com os Grupos de enquadramento. Assim, para os Grupos “A” e “A/C”, os recursos do OGU são disponibilizados pelo MDA – especificamente pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), INCRA e Secretaria de Reordenamento Agrário – às Unidades da Federação por meio dos agentes financeiros. Os recursos dos Fundos Constitucionais são repassados pelos próprios que os administram. A SAF, o INCRA e a Secretaria de Reordenamento

Agrário definem, a partir dos montantes disponíveis, o valor a ser aplicado em cada estado. O que é efetivamente disponibilizado para os estados atende às demandas dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) ou Unidades Técnicas de Articulação do PRONAF (UA), apresentadas até o limite do orçamento do PRONAF.

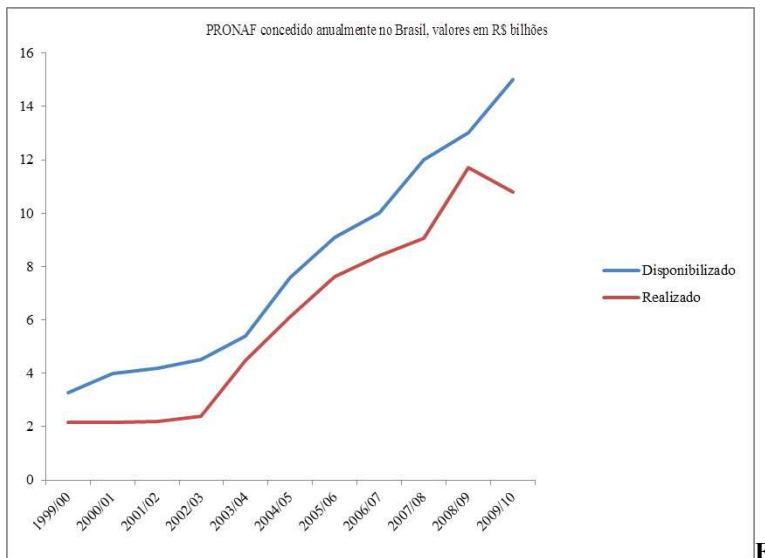
Como ocorreu com o PROCERA, um sério impasse a ser enfrentado pelo PRONAF é o vínculo dos projetos técnicos que financia a práticas agrícolas que promovem a degradação ambiental. A presença do crédito está relacionada à modernização dos sistemas produtivos, aos moldes do que ocorria com o crédito subsidiado no período de modernização agrícola, colocando de lado preocupações com estratégias alternativas, ambientalmente mais adequadas. Na pesquisa de Kageyama (2003, p.12), por exemplo, constatou-se “uma associação positiva entre a presença do PRONAF e o aumento da frequência no uso de agrotóxicos, e não houve associação significativa entre o PRONAF e ações de recuperação de áreas degradadas”. Os avanços em termos de ampliação da produção e geração de renda ficam, portanto, ofuscados pela possibilidade de sua associação ao viés produtivista, que descarta a consideração da dimensão socioambiental da promoção do desenvolvimento (Almeida et al., 2001).

1.7. A Evolução Financeira do PRONAF

A evolução de recursos totais disponíveis pelo PRONAF e o que foi efetivamente utilizado pelas contratações no período do Plano Safra de 1999/2000 e do Plano Safra 2009/2010 os dados disponíveis indicam que os recursos sempre esteve em plena evolução, o que não se pode dizer da utilização do recurso disponível.

No Gráfico (02) abaixo, observamos o comportamento da disponibilização dos recursos, o que de fato foi realizado e a taxa que indica o percentual dos contratos que foram realizados.

Gráfico (02): PRONAF concedido anualmente em Bilhões de Reais



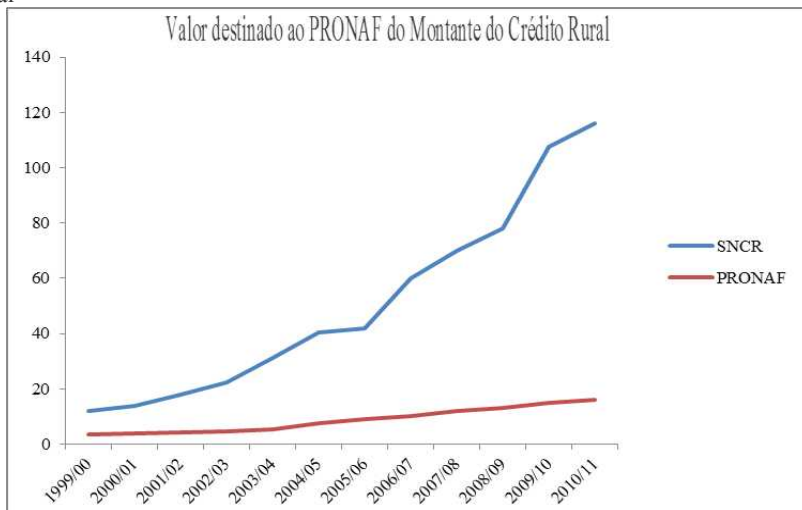
Fonte: MDA (2009)

No plano safra de 1999/2000, foram disponibilizados de R\$ 3,28 bilhões com uma execução de 66%. No ano agrícola de 2003/2004, houve o primeiro grande incremento no montante, com um crescimento de 65% em relação a 1999/2000, sendo ofertados R\$ 5,4 bilhões aos agricultores e com uma execução de 83% do valor disponibilizado.

Destaca-se que durante este período entre os anos agrícolas de 1999/2000 a 2003/2004 houve um aumento das contratações do PRONAF chegando a ter 83% dos contratos realizado do montante dos recursos disponibilizados. Em contradição a isto, o montante total do volume disponibilizado para o Crédito Rural sempre diminuiu, o que em 1999/2000 foi de 27,82% para o PRONAF, na safra de 2003/2004 foi de apenas 17,36% do volume, ou seja, o governo sempre aumentava o recurso do crédito rural, mas, a distribuição era desigual favorecendo sempre os grandes agricultores.

O período de safra entre os anos de 2004/2005 até 2007/2008 sempre houve aumento dos valores destinados ao PRONAF tendo uma média de 83% dos contratos efetivados. O preocupante é a flutuação dos recursos destinados para a agricultura familiar, apenas na safra 2005/2006 o recurso chegou à casa dos vinte por cento tendo 21,7% do total do montante do crédito rural como mostra o gráfico (03).

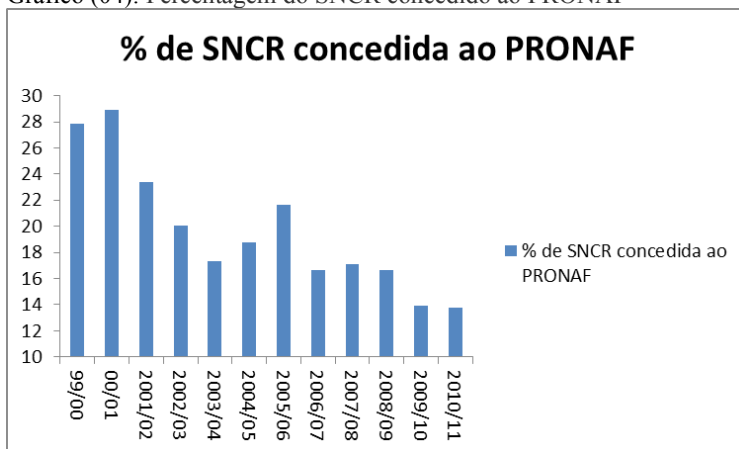
Gráfico (03): Valor destinado ao PRONAF do Montante do Crédito Rural



Fonte: MDA (2010). Adaptado, Organizado e Elaborado por Alan Denizzar.

A partir da safra de 2007/2008 o que se observa é sempre uma queda da porcentagem total dos recursos disponibilizados. As duas últimas safras 2009/2010 e 2010/2011 chegaram a apenas 13% dos recursos locados para o PRONAF, o pior índice de todos os tempos do PRONAF desde quando o programa foi executado.

Gráfico (04): Percentagem do SNCR concedido ao PRONAF



Fonte: MDA (2010). Adaptado, Organizado e Elaborado por Alan Denizzar.

Em relação à taxa de execução, o Plano Safra de 2008/2009 obteve 90% de realização de execução dos contratos. “O comportamento da taxa referente à contratação efetiva do crédito frente ao valor disponibilizado já indica que o montante de crédito contratado pelos agricultores do PRONAF tem crescido ano a ano”. (MDA, 2009)

Ressalta-se que PRONAF até então ainda não chegou a 30% do recurso total do Plano Safra, os melhores índices foram as safras de 1999/2000 até 2002/2003 que chegou à casa dos 20% do volume do montante. Após estas safras houve um aumento significativo 2005/2006 que chegou a 21,67% do montante.

Este quadro mostra que as políticas públicas para a agricultura do Estado Brasileiro historicamente, sempre beneficiaram os grandes proprietários rurais em detrimentos aos agricultores camponeses e/ou familiares.

O comportamento da taxa referente à contratação efetiva do crédito frente ao valor disponibilizado já indica que o montante de crédito contratado pelos agricultores do PRONAF tem crescido ano a ano e o percentual do montante sempre diminuindo.

1.8. Inadimplência: A questão do endividamento dos agricultores familiares/camponeses.

A substituição do PROCERA pelo PRONAF acarretou algumas modificações nas condições de forma de pagamentos por parte dos assentados tornando-se mais difíceis pelo motivo de que os juros elevaram-se. A taxa de juro de mora passou a ser de 10% a.a. para 12% a.a. e, a taxa de encargos administrativos diminuiu de 6% a.a. para 3% a.a., em contrapartida a taxa de encargos financeiros que no PROCERA era 12% a.a., no PRONAF passou a ser taxa de mercado nos casos de inadimplência. Onde não houve mudança é relacionado aos contratos de renegociação de dívida, onde a taxa de juros manteve-se sobre uma concepção acumulativa, ou seja, cobrança de juros sobre juros (juros compostos). (COUTO, 2006, p.28).

Os assentados da reforma agrária que eram inadimplentes no PROCERA tiveram as suas dívidas acumuladas, pois quando o programa foi extinto pelo governo federal a dívida não foi negociada, sendo então, repassada o saldo devedor juntamente com o acréscimo de juros para a fase seguinte, isto é, as dívidas antigas do PROCERA foram acumuladas e somadas as novas dívidas do PRONAF. Isto contribuiu para a inadimplência generalizada dos assentados.

O PRONAF A específica para a Reforma Agrária a nova regra trouxe um benefício possuindo um rebate de 46,186% sobre os R\$ 20.000,00 (teto máximo), carência de três anos e juros 0,5% a.a. Cabe ressaltar que esta melhoria das condições de pagamento está relacionada apenas nos investimentos, pois nos custos agrícolas a exemplo do PRONAF A/C o juros são 1,5% a.a. não possuindo rebate como era os custos do PROCERA que chegava a até 50% o rebate.

A inadimplência entre os agricultores assentados está relacionada em uma parte com a taxa de juros que muitas vezes torna-se o projeto impagável, demora na resolução de dívidas anteriores que travam contratos futuros e para agravar as condições, município que possuir 5% de agricultores inadimplentes fica impossibilitado de acessar qualquer linha de crédito que seja de “risco do banco” (a única exceção é o PRONAF “A” e “A/C” que são considerados “risco do governo”)., excluindo diversos assentados a possuir novos créditos a exemplos do que aconteceu com Assentados de Ramilândia que atingiu dois assentamentos 16 de Maio (220 famílias) e Santa Izabel (31 famílias).

Ainda relacionado ao sistema bancário, este possui total autonomia nos financiamentos. O beneficiário ao fazer o contrato para

acessar o crédito não possui opções já que a decisão é unilateral, isto é, o Banco determina as condições do financiamento e a política de empréstimo concedido. Na verdade, por mais que o governo anuncie em propaganda um tratamento diferenciado aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária o que se vê na prática é um tratamento excludente. Tudo isso é de conhecimento do próprio INCRA que é conivente com esta situação.

No texto de Subsídio à Proposta de Novo Crédito para a Reforma Agrária de Pedro Christoffoli a situação de inadimplência dos assentados é causada por diversos fatores, dentre eles podemos destacar:

1. Transferência de deficiências estruturais dos assentamentos para o crédito de custeio/investimento (em muitos assentamentos o recurso destinado para investimento produtivo teve que ser direcionado para construção de moradias, implantação de energia elétrica, etc.);
2. Sucessivas perdas de colheitas, sem cobertura de seguro rural;
3. Atraso na liberação dos recursos (perdendo prazos de plantio e reduzindo a produtividade das colheitas, p.ex.);
4. Qualidade e cobertura inadequada da Assistência Técnica (baixa qualidade dos projetos de desenvolvimento e do assessoramento sócio técnico).
5. Inexistência de políticas de apoio à comercialização e garantia de preços mínimos;
6. Inviabilidade produtiva estrutural de alguns lotes ou até mesmo de assentamentos inteiros.

Em relação ao destaque 5, atualmente há uma política de comercialização mesmo que de forma tímida e de pouco recurso, na verdade há uma inexistência de apoio estrutural que garanta a entrega de produtos agrícolas nas políticas institucionais (PAA e PNAE)

Sobre a assistência técnica poderíamos complementar afirmando sobre a descontinuidade, a exemplo do que ocorreu na década de 1990, em que o governo não renovou o “Projeto Lumiar”, e recentemente no ano de 2006 no próprio estado do Paraná em que o convênio do ATES foi suspenso por causa de uma denúncia dos representantes do agronegócio em que a justiça paralisou as atividades mesmo comprovando que não havia desvio.

A assistência técnica nos assentamentos do Estado do Paraná retornou em 2010 em um convenio entre o INCRA e a EMATER/PR (quatro anos sem assistência técnica no Estado do Paraná) e fragilidade da assistência técnica que possui péssima remuneração e sem condições de trabalho condizente com a realidade dos assentamentos.

Ainda sobre a situação da inadimplência dos assentados podemos tecer outras considerações:

- Os assentados possuem uma grande limitação de gerenciamento, de administrar o recurso para organizar a produção.
- Projetos mal elaborados com utilização de preços dos produtos já defasados e indicadores de produtividade que não condiz com a realidade das famílias além de execução sem acompanhamento técnico.
- Financiamento em culturas agrícolas que não possuem rentabilidade comercial.
- Falta de uma política de acompanhamento por parte do INCRA, que devido ao excesso de burocracia, não consegue solucionar problemas do cotidiano dos assentamentos.
- A morosidade burocrática por parte do Banco e do INCRA que dificultam a liberação do crédito ocorrendo atraso de plantio e compra de matrizes;

- “Pacote fechado” do contrato em que o agricultor não pode fazer a alteração causando rejeição do acesso, pois haverá um prejuízo econômico.

Diante disso o resultado foi um percentual elevado de agricultores assentados inadimplentes, inviabilizando-o de acessar crédito possuindo dificuldades de efetuarem os pagamentos dos empréstimos concedidos pelas diferentes formas de programa de crédito do governo.

Ressaltamos que no Assentamento Ander Rodolfo Henrique das 105 famílias apenas 83 famílias acessaram o PRONAF A e 41 famílias acessaram o PRONAF A/C e apenas uma família acessou o PRONAF Mais Alimento. Nenhuma destas famílias pagou parcelas referentes aos PRONAF, por motivos de não ter vencido o prazo de pagamento até a data da realização desta pesquisa.

II CAPÍTULO – Crédito Rural na Reforma Agrária

O sistema financeiro desde a sua trajetória em financiamento aos empreendimentos rurais nunca confiou em investimentos nos empreendimentos da pequena agricultura, pois esta representa para os agentes financeiros riscos e custos operacionais que não compensava o retorno financeiro.

Por isso, a inadequação da “lógica” da atividade financeira às demandas da agricultura de pequena escala, inclusive a praticada nos programas e projetos de reforma agrária, e as reivindicações dos trabalhadores rurais, agricultores sem terra, agricultores familiares e agricultores assentados, colocaram em pauta a necessidade de criação de políticas específicas de crédito rural que o tornasse acessível a estes segmentos da população do campo. (BRUNO e DIAS, 2004, pg 6)

Os programas de crédito rural para os assentados da reforma agrária e também para os agricultores familiares são políticas públicas que visam criar condições favoráveis de acesso e de pagamento do financiamento. O objetivo destes programas é o de elevar a produtividade e a renda das famílias assentadas e também, das

condições para assegurar a acumulação do capital no intuito de poder ter a capacidade de pagar o empréstimo.

O PRONAF possui caráter de “política de inclusão social” que integram os grupos sociais de baixa renda nos mercados regionais e locais e em alguns casos, na economia agroindustrial. O crédito para estes agricultores enquadrados objetiva dar condições através de subsídios para lidar com as exigências do mercado.

No caso dos agricultores assentados, os objetivos destas políticas, quase sempre circunscritos à dimensão econômica da vida social, são principalmente referidos à idéia de promover uma rápida “emancipação” ou “consolidação” dos assentamentos rurais como unidades produtivas. Uma vez integradas aos mercados, estes assentamentos ganhariam autonomia da intervenção estatal, conferindo, desta forma, uma medida da eficiência das políticas de reforma agrária. . (BRUNO e DIAS, 2004, pg. 6)

A Política de “emancipação” dos assentamentos, têm como pressuposto a idéia de que os assentamentos rurais devem se emancipar da tutela do Estado. “Uma das “linhas de ação” do novo mundo rural é a “renegociação dos contratos antigos” visando a rápida integração dos assentados no sistema da agricultura familiar”. Argumentando o desperdício de recursos públicos, e a existência de uma injustiça quanto à “diferenciação artificial” entre agricultores familiares e assentados de reforma agrária que tende a consolidar um privilégio real para a “parcela dos agricultores familiares oriunda da reforma agrária”, por receberem créditos “altamente” subsidiados, a nova proposta justifica o pagamento da terra por parte dos assentados, “liberando-os” da tutela do Estado.

A regra dominante do mercado de crédito prevê que as operações de crédito devem, além de cobrir seus custos operacionais, ser rentáveis e seguras para os bancos que as possibilitam. De acordo com esta lógica, quanto menores as garantias apresentadas pelos tomadores e menores forem os valores movimentados, maiores são os custos operacionais e os riscos assumidos pelos credores. Conseqüentemente, para compensar tal risco, mais elevadas são as taxas de juros cobradas pelas financeiras.

Esta norma dos sistemas financeiros entra em contradição com a regra do PRONAF que na concepção do programa, a intenção de

ofertar crédito em condições especiais de contratação e pagamento, favoráveis aos agricultores mais pobres.

Para relativizar esta lógica, os programas oficiais buscaram instituir normas e mecanismos que estabelecessem condições especiais de contratação do financiamento e amenizassem a resistência dos agentes financeiros para oferecer crédito aos agricultores familiares e agricultores assentados. O Estado, por um lado, passou a assumir boa parte dos riscos de transação e, por outro, instituiu regulamentações que obrigaram os bancos a contratar empréstimos que observassem as condições estabelecidas pela política oficial de crédito rural. Assim passaram a funcionar as chamadas “exigibilidades bancárias”.

Vejam, a seguir, crédito específico para apoio aos assentados desde a instalação ao fomento a produção, antes de acessarem o PRONAF, que teoricamente, inicia-se o processo produtivo dos agricultores assentados.

2.1. Crédito Instalação

Segundo o INCRA (2010) Crédito Instalação consiste no provimento de recursos financeiros sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da Reforma Agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Com o objetivo de suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de suas unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento, o Crédito Instalação é concedido nas seguintes modalidades: Apoio Inicial, Aquisição/Material de Construção, Fomento, Adicional Semi árido, Recuperação de Materiais de Construção, Reabilitação de Crédito Produção.

No Assentamento Ander Rodolfo Henrique todas as famílias foram beneficiadas com a 1ª parcela do Apoio Inicial, Aquisição/Material de Construção, restando ainda a 2ª parcela a ser concedida e, dois fomentos.

O Crédito Instalação vem sendo concedido desde 1985, sendo um importante instrumento na implantação dos projetos de assentamento. Seus valores e modalidades vêm sendo adequados ao longo dos anos de modo a propiciar condições dignas de ocupação, de produção e manutenção das famílias na parcela rural.

O Programa de Crédito Instalação atua com uma equipe multidisciplinar de técnicos nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do INCRA. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das Associações ou representantes dos assentados, orientadas pela Assessoria Técnica na escolha e no recebimento dos produtos. O pagamento das aquisições é feito diretamente ao fornecedor - mercados locais, lojas de material de construção e de implementos agrícolas. O programa também faz parcerias com instituições financeiras governamentais, como o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Os valores dos recursos recebidos do Crédito Instalação no Assentamento Ander foram R\$ 5.000,00 para Aquisição de Materiais de Construção, restando ainda receber R\$ 8.500,00 para Recuperação / Materiais de Construção que será concedido no ano de 2011.

Em relação à modalidade Fomento o Assentamento adquiriu no ano de 2006 cada família R\$ 4.800,00 distribuído em dois momentos o 1º Fomento no valor de R\$ 2.400,00 e, o Adicional do Fomento também de R\$ 2.400,00.

Ressalta-se que este crédito concedido ao assentamento caracteriza-se como crédito a fundo perdido referindo a recursos disponibilizados por um empréstador sem perspectivas de reembolso. Estes recursos são cedidos pelo Estado e o investimento é voltado para funções sociais, como obras de infraestrutura, saneamento básico e compras de ferramentas de trabalho.

Tendo estas famílias acampadas as margens da PR 488, com condições econômica de extrema pobreza, o crédito instalação serviu para adquirir bens essenciais para dar condições mínima de vida como, por exemplo, de ferramenta de trabalho, compra de alguns animais de leite e outros bens.

Na prática, os assentados utilizam este recurso para outros fins complementando para a compra de material de construção e também compra de animais para iniciar o processo produtivo, pois, o primeiro crédito de produção PRONAF Investimento Grupo A demora um certo tempo para ser acessado, no caso do assentamento estudado sete anos, ou seja, desde a criação do assentamento em 2002.

2.2. PRONAF Investimento Grupo “A”

O PRONAF Investimento Grupo “A”, conhecido como “PRONAF Investimento para a Reforma Agrária”, é uma linha de

crédito exclusivo para assentados tendo um limite de até R\$ 20 mil, mais R\$ 1,5 mil para ATER. Juros: 0,5% a.a. Bônus de adimplência (rebate) de 44,186%, com 10 anos de prazo para liquidar a dívida, sendo que destes 10 anos, três anos são de carência.

Os recursos disponibilizados para este crédito são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e são disponibilizados pelo MDA – especificamente pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), INCRA e Secretaria de reordenamento Agrário – às Unidades da Federação por meio dos agentes financeiros. Os recursos dos Fundos Constitucionais são repassados pelos próprios que os administram. A SAF, o INCRA e a Secretaria de Reordenamento Agrário definem, a partir dos montantes disponíveis, o valor a ser aplicado em cada estado. O que é efetivamente disponibilizado para os estados atende às demandas dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) ou Unidades Técnicas de Articulação do PRONAF (UA), apresentadas até o limite do orçamento do PRONAF.

Em Julho de 2000, as Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP) passou a ser uma responsabilidade exclusiva do INCRA, que antes, eram as organizações sindicais que faziam a emissão.

Esta medida, no meio de outras tantas mudanças institucionais ocorridas naquele ano, tentava por fim às suspeitas levantadas por denúncias de que as organizações sindicais e as empresas de extensão rural estavam desvirtuando, em algumas situações, os processos de enquadramento dos agricultores familiares, beneficiando agricultores com maior renda que a estabelecida pelos critérios do Programa e, mais grave, que determinadas indústrias beneficiavam-se do PRONAF, tomando crédito em nome dos agricultores (Abramovay & Veiga, 1998).

“PRONAF Investimento para a Reforma Agrária” possui uma peculiaridade em relação às outras linhas de crédito. Os R\$ 20.000,00 aplicados são parcelados em três orçamentos de aplicação sendo que são sete mil reais (R\$ 7.000,00) no Orçamento de aplicação - Primeira parte, R\$ 7.000,00 no Orçamento de aplicação – Segunda parte e mais seis mil reais (R\$ 6.000,00) no Orçamento de aplicação - Terceira parte, totalizando desta forma os 20 mil reais.

Esta forma de aplicação acarreta em atrasos nos processos de liberação das parcelas, representando um problema na participação dos

agentes financeiros na gestão do Programa que frequentemente demora em aprovar os projetos.

Observa-se que para cada Orçamento de aplicação é necessários um novo projeto, ou seja, o agente financeiro realiza três contratos, sendo necessário o INCRA emitir três DAP's (uma por operação).

Esta burocracia é muito mais responsabilidade do INCRA, que demora em emitir uma DAP cerca de no mínimo 90 dias, faz com que a aplicação do investimento que poderia ser entre três a seis meses, transforma-se em um ano e até dois anos como esta acontecendo com alguns assentados do Assentamento Ander.

Visto estes aspectos acima, é evidente que o crédito da reforma agrária deverá ser o mais desburocratizado possível. Isto não quer dizer que não se tenha análise de viabilidade dos investimentos, tampouco a supervisão sobre a aplicação dos recursos. No entanto, é possível se estabelecer processos de elaboração, análise e contratação dos projetos sem a morosidade costumeira dos agentes financeiros. (Christoffoli, 2007, pg 12)

O Banco do Brasil, é o principal agente financeiro envolvido na gestão do Programa, atua com ampla autonomia no estabelecimento das normas gerenciais para o acesso aos recursos e na determinação da possibilidade de acesso a informações sobre a contratação e o pagamento dos créditos.

Esta autonomia do agente financeiro – aliada à falta de interesse, capacidade técnica ou poder político dos administradores estatais do Programa – impede, por exemplo, que haja um efetivo acompanhamento e controle por parte dos demais atores sociais interessados no acesso dos agricultores aos recursos e por parte dos sistemas de informação e monitoramento do próprio governo. Não há, por exemplo, dados ou informações que permitam avaliar a participação do banco nos frequentes atrasos verificados na liberação dos recursos aos agricultores. (BRUNO e DIAS, 2004, pg. 22).

As Superintendências Regionais do Banco do Brasil são responsáveis pelos processos de descentralização dos recursos até as suas agências municipais, pelos depósitos nas contas dos agricultores, quando os projetos são aprovados, e pela avaliação e contratação dos projetos técnicos. Este itinerário, o da chegada dos recursos ao banco, passando pela avaliação dos projetos, até a chegada do dinheiro para os agricultores, é amplamente desconhecido.

A falta de informações disponibilizadas pelos bancos e pelo governo impossibilita avaliar quais seriam os problemas causadores de atrasos. Mesmo os critérios para aprovação ou reprovação dos projetos técnicos pelos bancos são desconhecidos. O que se sabe é que o atraso na liberação dos recursos tem um impacto fortemente negativo na eficácia de sua aplicação (Delgado et al., 1999, Ferreira & Garcia, 2002).

De acordo a estas definições, os Beneficiários do PRONAF A no Assentamento Ander Rodolfo Henrique avaliam que “é uma linha de crédito muito boa se não fosse à burocracia de aplicação”. Outros afirmaram que “auxilia no desenvolvimento financeiro do pequeno agricultor e aumenta a produção”. Os assentados também analisaram a questão do valor do investimento, dos juros, carência e rebate. Em relação aos juros, carência e rebates afirmaram de forma unânime que está dentro das condições financeira, para que o pequeno agricultor possa honrar a dívida.

Entretanto, o valor do investimento acredita-se que é limitado, pois avaliam que a infraestrutura da produção de leite: Curral dentro das normas técnicas com piso, parede e cobertura com no mínimo de 40m², cercas (estacas, mourões e arame), e resfriador de imersão de 300L, atingia aproximadamente de 43% da aplicação do orçamento, restando apenas 57%, isto é, cerca de R\$ 11.500,00 para compra de novilhas, que no preço do mercado local adquiriam apenas 6 novilhas, quando o ideal seriam 10, pois trabalhariam com 70% das vacas lactando e 30% das vacas secas.

2.3. PRONAF Custeio Grupo A/C

Os beneficiários do PRONAF A/C são Agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial (PRONAF A). Os limites de financiamento de custeio variam de R\$ 500 a R\$ 5 mil, com juros de 1,5% ao ano e prazo de pagamento de um ou dois anos dependendo de qual custeio agropecuário o agricultor irá solicitar. Esse grupo também é beneficiado por um desconto de R\$ 200 sobre o valor emprestado, desde que quitado dentro dos prazos estabelecidos. O agricultor assentado tem direito a três operações, ou seja, R\$ 15.000,00.

O valor estimado para o crédito de custeio, como referencial por família, será de até R\$ 5.000,00 podendo ser individual ou coletivo, levando-se em conta que estes recursos são um crédito para a produção. Esta elevação do teto também diz respeito a um estímulo para aqueles assentados que apresentam condições de ampliar a sua produção. (Cristophilli, 2007, pg 16).

Esta linha de crédito prevê recursos para pagamentos de despesas correntes comuns sobre a atividade agrícola atendendo as despesas como preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita, e/ou atividades pecuárias, podendo ser incluídas nos orçamentos verbas para adquirir animais da Bovinocultura de Leite e Corte, Suínos, Aves, Ovino além de medicamentos, vacinas, antiparasitários, sais minerais, vitaminas e outros defensivos fundamentais à saúde dos animais.

O modelo de crédito A/C incentiva a compra de insumos de síntese química como adubos, fungicidas, herbicidas, inseticidas e sementes, tornando-se um ciclo vicioso gerando dependência dos agricultores as empresas que comercializam os insumos.

a utilização de agrotóxicos, de adubos químicos e de sementes selecionadas ultrapassa o percentual de 90% em três categorias de beneficiários(as) (C, D e E), ao mesmo tempo que o uso de produtos veterinários é citado por cerca de 60% das referidas categorias de beneficiários(as) do programa. Já o uso de adubos orgânicos é bastante baixo em comparação ao uso do adubo químico. (IBASE, 2006, pg 31)

Esta pesquisa foi realizada no estado do Paraná em 2006, e está relacionado especificamente com os agricultores enquadrados na categoria (C, D e E). Os consumos dos produtos de síntese química referido pelo IBASE foram através do custeio agrícola das referidas categorias de crédito.

Os insumos de síntese química são adquiridos através do financiamento de custeio do PRONAF, o IBASE (2006) afirma que “(mais de 90%) das três categorias de beneficiários(as) afirmou que adquire os insumos modernos por meio do crédito do PRONAF”. Isto ocorre sempre no período de anos-safra em que há liberação de crédito para custeio. Relacionado aos produtos veterinários o estudo do IBASE (2006), mostrou que não são adquiridos com recurso de programa.

Neste quesito verificamos que no Assentamento Ander Rodolfo Henrique 100% dos projetos elaborados pelos beneficiários foram para adquirir Matriz Leiteira, Bezerros de até um ano e reforma de pastagens, nenhum projeto para grãos.

2.4. O Acesso dos Agricultores Assentados aos PRONAF A e A/C

Os dados de informações e publicidade sobre o acesso e os recursos liberados relacionados aos contratos realizados pelos agricultores assentados é limitante na construção de uma análise mais aprofundado para identificar o alcance do PRONAF A das famílias assentadas.

Isto é causado porque não há distinção entre os PRONAF de Projetos de Assentamentos para os do Programa do Banco da Terra, visto que os dois Programas são beneficiários do PRONAF A e A/C. Para realizar este trabalho de separação entre os dois é “necessário um penoso trabalho de cruzamento de dados, nem sempre preciso, dadas as limitações das informações disponíveis nas Superintendências do INCRA e em sistemas de informação como o SIPRA”. (BRUNO e DIAS, 2004, pg. 47).

Entretanto, dos poucos dados que foram conseguidos durante a pesquisa os números que CRISTOPHILLI (2007) dispõem indicam baixa participação destas linhas de crédito no numero total de contratos, onde ocorreu pouca variação do volume financiado e o numero de famílias beneficiadas.

A exceção fica para o ano safra de 1999/2000 que houve um grande volume em termos de recurso, mas que, representava

aproximadamente de 3,3% dos valores liberados para os agricultores de Projetos de Reforma Agrária.

Quanto aos agricultores assentados, em 1999, ano de extinção do PROCERA, apenas 3,3% dos valores liberados haviam sido destinados aos agricultores assentados em projetos de reforma agrária. Esta média de participação do PRONAF A no total de contratos, com discreto incremento desde então, permaneceu praticamente inalterada nos anos subseqüentes. (BRUNO e DIAS, 2004, pg 74).

Quadro 02: Número de contratos e valor financiado do PRONAF A e A-C (1999/00 a 2005/06)

ANO SAFRA	PRONAF	CONTRATOS	R\$ FINANCIADO (R\$ 1.000)	Contratos A + A/C	Valor Total R\$ A + A/C (R\$ 1.000)
1999/00	Grupo A	116.796	431,657	116.889	431,855
	Grupo A/C	93	0,198		
2000/01	Grupo A	44.338	322.608	50.448	331,871
	Grupo A/C	6.150	9,263		
2001/02	Grupo A	40.564	391,939	46.984	402,045
	Grupo A/C	6.420	10,106		
2002/03	Grupo A	46.823	461,863	57.493	481,461
	Grupo A/C	10.670	19,598		
2003/04	Grupo A	39.670	514,535	65.270	573,980
	Grupo A/C	25.600	59,445		
2004/05	Grupo A	35.661	455,470	53.045	460,289
	Grupo A/C	17.384	44,819		
2005/06	Grupo A	36.185	566,186	52.576	608,720
	Grupo A/C	16.391	42,534		
TOTAL					3.144,258
MÉDIA				63.243	
Fonte: MDA, 2006. Elaboração: Pedro Christoffoli.					

Qual seria o comentário mais sensato para esclarecer a queda vertiginosa de contratação do PRONAF A e A/C pelas agências financeiras responsáveis pelo crédito? Porque o acesso ao crédito possibilitado pelo PRONAF torna-se um problema tão grave causando tanto prejuízos para os agricultores descapitalizados?

Apesar do IBASE (1999), organizações sindicais e movimentos sociais camponeses considerar o acesso ao crédito por meio de um programa política pública institucional, um avanço para capitalizar os agricultores através de créditos para custeios e investimentos em infraestrutura, vários problemas surgem no caminho que impedem o acesso ao crédito. Diversos são os atores do impasse, entre eles podemos destacar o Agente Financeiro, INCRA, os Técnicos e os próprios Agricultores. Delimitaremos o estudo apenas na relação entre o agente financeiro e o agricultor, pois estes possuem relações diretas para a liberação do crédito.

O PRONAF foi elaborado com a finalidade de romper com um conjunto de burocracia bancárias que dificultavam dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária de baixa renda (representados pelo Grupo A e B). Na prática, o que observamos é a constatação da falência deste objetivo.

As distâncias entre o Assentamento e as Agências Bancárias são consideráveis, principalmente nas regiões mais pobres, no caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique que localiza a 6 km do município de Diamante do Oeste, não seria o problema desde quando o município tivesse uma agência do Banco do Brasil, por isso, os assentados têm que deslocar 25 km para Vera Cruz do Oeste onde possui a agência que opera o PRONAF. Como o Banco não vai aos assentados são eles próprios que têm que arrumar maneiras para chegar até os bancos, utilizando meios de transportes próprios ou então, usar o ônibus que possuem horários não condizentes com o horário de atendimento bancário. Também é importante considerar que as viagens até as cidades são várias, tantas quantas forem necessárias para, além de apresentar a documentação ao banco, neste processo, os agricultores gastam “um dinheiro que não têm” com deslocamentos e, por vezes, com pagamento de taxas para abrir a conta governamental. Para aqueles que têm que apresentar fiadores ou avalistas, o processo torna-se ainda mais complicado. Cabe um pequeno destaque para os avalistas, mesmo que no PRONAF A e A/C não necessite, houve caso de assentados que teve que procurar avalistas para o PRONAF Mais Alimento que causou

constrangimentos e comprometimento de relações familiares gerando uma pequena crise do ponto de vista social.

A falta de informações dos assentados sobre a existência e as demandas do PRONAF A e A/C, é outro fator determinante das dificuldades de acesso ao crédito. As regras, normas, condições de enquadramento, limites de crédito, taxas de juros etc. são parâmetros distantes da realidade de agricultores que raramente têm algum mecanismo contábil para gerir sua produção. O desconhecimento das “regras do jogo” e a falta de apoio para compreendê-las, ou os afasta de imediato da possibilidade de contratação do crédito, fazendo-os desistir ante a enorme demanda burocrática, ou é por eles desconsiderada.

Em contrapartida, os bancos não conhecem a complexidade dos sistemas sociais e produtivos que caracterizam a exploração agrícola familiar. Para o banco crédito para assentados são vistos como onerosa, sem potencial de retorno financeiro possuindo grande risco. Assim, a cooperação dá lugar a relações autoritárias nas quais os agricultores representam o elo mais fraco, cumprindo as demandas e exigências preestabelecidas pelos agentes financeiros.

Para que o PRONAF A e A/C sejam contratados é necessário que o assentado tenha cadastro no INCRA, projeto técnico, DAP emitida exclusivamente apenas pelo INCRA, comprovante de residência juntamente com CPF e RG para abrir a conta governamental onde será depositado o recurso do PRONAF. O que ocorre neste íterim é que a limitada capacidade operacional do INCRA de emitir DAP e dos serviços de assistência técnica e extensão rural, associada ao desinteresse dos bancos em prestar apoio aos agricultores, explica em parte o elevado percentual de projetos não contratados por insuficiência de documentação dos beneficiários. Além disso, mesmo se o assentado possuir todas as documentações em mãos não poderá ser contratado se o beneficiário estiver com dívidas no comércio, ou seja, caso esteja com o CPF no SPC, SERASA ou CADIN não poderá acessar o crédito.

Estes fatos citados são importantes para avaliar o desempenho do programa, que na prática revela atrasos na liberação dos recursos prejudicando economicamente os agricultores assentados.

III CAPÍTULO – AGROECOLOGIA

3.1. Agricultura Ecológica

A agroecologia constitui no campo de um conhecimento diversificado em que além de promover o manejo ecológico dos recursos naturais também considera a unidade de produção, a organização comunitária, as relações sociais, ou seja, através da práxis social organizada apresentam alternativas as atuais crises ambientais, sociais e econômicas mediante a uma proposta de desenvolvimento participativo que abrange a produção, consumo e circulação de produtos estabelecendo dinâmicas de transformação em direção à sociedade sustentáveis. O conceito de agroecologia aborda os princípios ecológicos, sociais, econômico político e cultural, em que o ser humano interfere, modificando o ecossistema com o objetivo da produção agrícola, comercialização e consumo. “A manipulação e a alteração humana dos ecossistemas, com o propósito de estabelecer uma produção agrícola, denomina-se agroecossistema” (GLIESSMAN, 2005, pg. 74). Portanto, a definição de agroecossistema torna-se então um princípio básico de agroecologia.

Dentro do agroecossistema existem, os subsistemas que são “subconjuntos dos sistemas ecológicos, que contêm pelo menos um elemento vivo”. (COSTA, 2007. Pg. 9). Os subsistemas possuem uma amplitude que abrange desde a mercadoria (produto final) até o produto primário vegetal e animal. Uns exemplos de subsistemas são: galinheiro, pasto, chiqueiro, roça de milho, roça de feijão entre outros.

Os subsistemas agrícolas interagem entre si, complementando um ao outro, exemplo da roça de milho que serve de alimento para as galinhas. Também, pode o subsistema ser substituído por outro subsistema, no caso da rotação de cultura em que pode substituir o milho pelo feijão ou vice-versa na mesma área.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA definiu agroecologia no seu Marco Referencial de Agroecologia, como sendo:

“A agroecologia somente pode ser entendida na sua plenitude quando relacionada diretamente ao conceito de sustentabilidade e justiça social. Nesse sentido, a agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da

sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), Cultural (respeito às culturas tradicionais), política (movimento organizado para a mudança) e ética (mudança direcionada a valores morais transcendentais)”. (EMBRAPA, 2006. Pg. 2)

Esta posição da EMBRAPA de forma pública mostra que a agroecologia entrou na pauta desta instituição, fato que antes não era observada, tendo esta empresa governamental preocupando-se na maioria das vezes (observando alguns centros de pesquisa Agroecológica a exemplo da Embrapa Agrobiologia em Seropédica/RJ), com vínculos de pesquisa e parceria com as grandes multinacionais de produção de insumos síntese química e biotecnologia, a exemplo da parceria entre a EMBRAPA e a Monsanto..

Destaca-se que a Agricultura Ecológica é diferente de Agricultura Biológica, Biodinâmica, Natural, Orgânica, Regenerativa, Permacultura e de outros termos que venham a definir.

Todos estes “estilos” de agricultura inclusive a agroecologia são Agricultura de base Ecológica, mas diferem nos princípios básicos e manejo.

“A noção de Agricultura de base Ecológica se traduz pela coexistência de várias escolas ou correntes que propõem a aplicação de princípios ecológicos à produção agropecuária, a partir da incorporação de técnicas alternativas ao modelo convencional e à diversificação de sistemas de produção, permitindo a redução ou subtração do uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. O viés tecnológico é central, muito embora algumas escolas o associem a orientações sociais, culturais, religiosas e filosóficas. (EMBRAPA, 2006. Pg. 9)

Abaixo apresenta-se uma tabela comparativa dos principais estilos de Agricultura de Base Ecológica:

Quadro 03: Comparativo de Agricultura de Base Ecológica.

Agricultura	Princípios
Orgânica	Uso de composto, plantas de raízes profundas, atuação de micorrizas na saúde dos cultivos. Difundida em vários continentes. O IFOAN (Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica) atua na harmonização das normas técnicas, certificação dos produtos e intercambio de informações e experiências.
Biodinâmica	Antroposofia (ciência espiritual), preparados biodinâmicos, calendário astrológico; possui marca registrada (Demeter y Biodyn). Muito difundida na Europa. Presente no Brasil: Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Estância Demétria e Instituto Verde Vida.
Natural	Compostos com vegetais (inoculados com “microorganismos eficientes”), valores religiosos e filosóficos-éticos. Movimento organizado pela MOA-International e WSAA (EUA). Shiro Miyasaka dirige a atuação da MOA no Brasil.
Biológica	A saúde dos cultivos e alimentos depende da saúde dos solos; ênfase no manejo de solos e na rotação de cultivos. Influenciada pelas idéias de A. Voisin e pela Teoria da Trofobiose (Chaboussou, 1980). Difundida na França, Suíça, Bélgica e Itália.
Agroecológica	Conceito de agroecossistema, métodos ecológicos de análise de sistemas; tecnologias suaves, fontes alternativas de energia. Está difundida em vários países. Sua introdução no Brasil está ligada a J.A. Lutezenberg, L.C. Pinheiro Machado, A.M. Primavesi, A.D. Paschoal e S. Pinheiro entre outros.

Fonte: elaboração própria a partir de Paschoal (1994 e 1995); Ehlers (1996) e Jesus (1996)

Observa-se a partir deste quadro que a prática agrícola exercida pelos agricultores e agricultoras acaba interagindo entre os “estilos”, o que difere a agroecologia é o seu conteúdo político social.

Com a matriz tecnológica da agroecologia os pequenos e médios agricultores tendem a se beneficiarem economicamente não necessariamente precisando comprar sementes, pois, com as sementes crioulas já adaptadas e aclimatizadas na sua propriedade possuirá uma autonomia genética em médio e longo prazo. Tendo autonomia, o agricultor e agricultora vão controlar as sementes que à milhares de anos melhoram geneticamente e conservam para gerações futuras.

Outro benefício da agroecologia é no que diz respeito ao manejo do solo. O exemplo disso é que para controlar as plantas indicadoras, insetos, doenças fúngicas e bactérias, o agricultor trabalha nutrindo o solo e equilibrando com rotação de cultura, biofertilizantes, compostagem, adubação verde e também preservando os inimigos naturais.

Outro fator importante que proporciona uma segurança econômica ao agricultor é a predominância do policultivo com uma grande diversidade de espécies vegetais e animais não dependendo de uma única cultura agrícola econômica, trabalhando sempre em consórcio.

Em relação aos meios de produção quem controla são os próprios agricultores e agricultoras em suas cooperativas e associações organizadas para produzir, industrializar e comercializar.

Como a agroecologia adota uma diversidade biológica, possui um maior rendimento de produção por hectare e utilização eficiente de recursos energéticos internos e externos além de baixo custo na produção, portanto, uma produtividade maior e uma lucratividade real.

Como se vê, a luta agroecológica provoca uma mudança no campo político, quando se propõe o domínio técnico-produtivo dos meios de produção. A partir disto, é necessário construir alianças capazes de modificar a correlação de forças.

Essas lutas deverão encaminhar-se na direção da convergência (e da complementaridade) com outras formas de combate e de movimentos sociais, a fim de fazer dessa ação a precursora por excelência de um movimento social mais amplo e dirigido contra a tecnocracia que dita as necessidades de uma população a qual domina. Por enquanto, a agroecologia é a expressão de iniciativas de grupos

ou agentes sociais mais ou menos isolados, ainda pouco orgânicos, com resultados técnicos e sociais em diferentes amplitudes, agentes estes que poderão vir a integrar um movimento social, mas que, atualmente, não constituem e não representam um movimento social.” (ALMEIDA, 2002. pg. 15).

Entretanto, dentre às chamadas “estilos” de Agricultura de Base Ecológica, a agroecologia é a única que abrange os conceitos políticos, técnicos, social, econômico, cultural e ético, pois, “trata-se da aplicação dialética no processo produtivo” (MACHADO 2004).

3.2. Transição para a Agricultura Ecológica

Para que a Agroecologia cumpra seu papel de uma alternativa ao agronegócio é necessário que produza mudanças na sociedade, causando uma ruptura política, filosófico e metodológico no paradigma dominante da agricultura maximizada, colocando os alicerces para uma gradual transformação das bases produtivas e sociais da agricultura. A transição agroecológica passa por diversas etapas, dentro e fora do sistema de produção.

A transição agroecológica dentro do sistema caracteriza-se pela redução e racionalização de insumos de síntese química (herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes), manejo da biodiversidade e construir um novo desenho do sistema produtivo considerando a unidade de produção como um agroecossistema que possui diversos subsistemas que interagem entre si.

Caracterizando passo a passo a transição interna da Unidade produtiva e de vida familiar, a EMBRAPA, 2006, trás estas referenciais que qualificam e determinam a evolução do processo de transição agroecológica em 3 (três) fases:

Passo 1 – Redução e racionalização do uso de insumos químicos

A transformação das bases ecológicas da produção tende sempre a ser gradual. A redução e a racionalização do uso de agroquímicos e fertilizantes sintéticos pode ser um primeiro passo. Assim, já estamos a caminho de graus maiores de sustentabilidade pela redução dos impactos internos e externos à unidade de produção e pela redução dos custos de produção.

Passo 2 – Substituição de insumos

Um novo *passo* fundamental é a substituição dos insumos químicos por outros de origem biológica. Nesta fase, pode-se reduzir a níveis mínimos os impactos ambientais, e iniciar o fortalecimento de práticas alternativas. Portanto, na transição agroecológica, práticas isoladas servem como pontos de apoio dentro de um processo de mudanças profundas nas relações ecológicas. O que é importante frisar é que esse processo não pode se limitar somente a esse patamar de reconversão tecnológica.

Passo 3 – Manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos

Nesta *etapa* os sistemas ganham complexidade em termos do seu desenho e manejo. O efeito *biodiversidade* é que vai conferir equilíbrio aos sistemas, pois é fruto das interações bióticas e abióticas e das sinergias entre os fatores ambientais. Esta fase pode ser considerada uma linha divisória entre as agriculturas ecologizadas e as agriculturas complexas. Monocultivos ecologizados e Agriculturas Ecológicas simplificadas podem implicar a redução dos impactos negativos e mesmo a possibilidade de participação nos nichos de mercados, onde a substituição de agroquímicos e fertilizantes sintéticos é suficiente. Para adquirir graus significativos de estabilidade ou resiliência, a partir das relações ecológicas internas, o redesenho dos sistemas agrícolas baseado na incorporação de médios a altos graus de biodiversidade somente poderá desenvolver-se em sistemas complexos. Neles, o desenho e o manejo são dependentes da biodiversidade e da agrobiodiversidade, da presença humana e do cuidado, da habilidade de observação e aprendizado e do conhecimento transdisciplinar, incluindo o conhecimento local. Tais condições são características da agricultura familiar e camponesa, onde as estruturas sociais e culturais são mais adequadas à aplicação ampla da gestão complexa dos sistemas agrícolas.

A transição interna aos sistemas de produção não teria sentido sem uma mudança geral nos padrões de desenvolvimento. Políticas de crédito e extensão rural, pesquisa agropecuária e florestal e reforma agrária são condições fundamentais para avançar à sustentabilidade plena e duradoura. A transição agroecológica para fora do sistema produtivo caracteriza-se pela mudança da consciência dos consumidores, organizar o mercado com preço acessível para a população de baixa renda, melhorar a infraestrutura, realizar mudanças

nas instituições de pesquisa, ensino e extensão, formular políticas públicas integrada e sistêmica sob controle social, geradas a partir de organizações sociais propositivas (EMBRAPA 2004). Isto só será possível quando os fatores relacionados ao planejamento produtivo do Agroecossistema forem estabelecidas.

A transição agroecológica, desde a perspectiva aqui adotada, pode ser definida como o processo gradual de câmbio através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção "convencional" (que pode ser mais ou menos intensivo em insumos externos) a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. Nesta definição, a idéia de "base ecológica" da atividade agrária se refere a um processo de ecologização dinâmico, contínuo e crescente através do tempo, e sem ter um momento final determinado. Este processo de ecologização implicaria não somente uma maior racionalização produtiva em base às especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também um câmbio de atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo dos recursos naturais e à conservação do meio ambiente. (COSTABEBER, 2002. pg 32)

O Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) são programas que apesar de não ser exclusivamente agroecológico, aumenta em 30% o valor dos produtos orgânicos incentivando a mudança da matriz tecnológica, mas, necessita-se de crédito específico para a transição, pois “Há uma necessidade de programas públicos de estímulos e suporte via mecanismos de preços, garantia de renda e créditos subsidiados em vista do período de transição, onde ocorre freqüentemente, queda temporária de produtividade física dos cultivos e criações”. (Christoffolli, 2008 pg. 24).

Quando no caso do Projeto de Assentamento Ander Rodolfo Henrique que decide fazer uma ruptura política de não utilização de adubos de síntese químicos e agrotóxicos e, inicia um processo de transição técnica no sistema produtivo a comunidade necessitaria de políticas públicas de apoio para a permanência dos assentados no

processo agroecológica, pois, “há uma dificuldade de adaptação ao estilo do cultivo agroecológica e a queda da renda obtida pelos camponeses”. (Christoffolli, 2008 pg. 23)

Neste período inicial em que inicia gradualmente a substituição de insumos químicos sintéticos pelos insumos químicos naturais, a troca de praticas de agressão à vida microbiana do solo por práticas de conservação do solo e finalmente, permutando a utilização de produtos veterinários comercial por isopatia (homeopatia animal) e fitoterapia animal, cabe por parte do Estado um suporte econômico onde ocorre uma perda de produtividade e conseqüentemente um prejuízo econômico.

Experiências concretas demonstram que uma propriedade familiar manejados segundo os princípios da agroecologia não demanda financiamentos recorrentes de custeio. Por sua própria natureza, um sistema agroecológico mantém elevado nível de auto-reprodução de seus insumos e de sua fertilidade. Após um investimento inicial para estruturação dos sistemas agroecológico, os custos de produção anuais se reduzem substancialmente e passam a ser assumidos pelas próprias famílias. Por essa razão, as famílias ecologistas tornam-se bastante autônomas em relação aos mercados de insumos e totalmente independentes dos agroquímico. Esse fato demarca claramente a diferença da natureza de demanda por credito dos sistemas ecológicos em relação a dos sistemas convencionais. Enquanto os primeiros se auto-regeneram pela ação dos fluxos naturais e pelo trabalho familiar, os últimos só se reproduzem mediante o alto aporte anual de insumos e energia externa. (Von der Weid, 2006 pg. 19).

Durante um período de três, cinco ou até oito anos começa a ocorrer uma estabilidade no agroecossistema, reduzindo ou mesmo eliminando a necessidade de insumos químicos sintéticos e neste caso, reduzindo os investimentos em custeio agrícola, pois, não será mais necessário comprar sementes e adubos.

A mudança de um sistema convencional ao agroecológico deve ser gradativa e de transformação na forma de como manejar o

agroecossistema dando um enfoque produtivo, ecológico, político, cultural, social e econômico.

3.3. Agricultura Ecológica no Assentamento

No assentamento a produção agroecológica é definida como um manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de organização da produção e de cooperação, buscando constituir um assentamento que contribua para superar as crises ecológicas, sociais e econômicas.

Para os assentados do Assentamento Ander, o conceito de agroecologia dar-se na prática do cotidiano. Praticam homeopatia nos animais bovinos, realiza adubação verde de inverno e verão, biofertilizantes enriquecidos, resgatam sementes crioulas, fitoterapia e entre outras praticas.

A agroecologia no Assentamento Ander Rodolfo Henrique foi uma tomada de decisão política, de ruptura com o modelo convencional de produção agropecuária. A deliberação foi definida em uma coordenação do assentamento que além de definir a matriz tecnológica Agroecológica definiu também, algumas normas que estão regimento interno aprovado em 28 de agosto de 2003 como; a não utilização de sementes híbrida, não ao plantio de eucalipto, proibição de queimadas, não utilização de vermífugos, bernicidas e carrapaticidas em animais.

“Na linha de produção agrícola, fica definida a proibição de uso de qualquer produto químico, quer seja na lavoura ou pastagens, açudes, gado de leite e corte e animais como galinhas, porcos entre outros. A mesma definição deverá ser respeitada por todos sem exceção (sic). Pois, as famílias optaram a linha de produção 100% orgânica. Cabendo a todos reflorestar e proteger as nascentes, o meio ambiente de maneira geral”. (Regimento Interno, Agosto de 2003)

Esta definição influencia o programa do sistema produtivo do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDA) que de acordo ao levantamento do futuro desejado foi construído pelos assentados nas reuniões e assembléias de planejamento do PDA. Foi a partir destas atividades que elaboraram o Programa do PDA, uma

ferramenta em que a comunidade debateu quais os seus anseios na construção do assentamento.

“O trabalho de grupo realizado para a apresentação do diagnóstico mostrou a expectativa que os assentados tem com relação ao sistema produtivo. Demonstraram clareza em relação às culturas que desejam implantar, comercialização da produção, assistência técnica, créditos e formas de organização, embora necessitem de uma assistência técnica para viabilizar a produção’. (PDA 2003, pg. 102)

Este fragmento do PDA mostra que a comunidade de fato se preocupava com a organização econômica do assentamento e com o sistema produtivo diversificado e agroecológico. “Há entre os assentados o desejo de implantação de variadas culturas e atividades produtivas no assentamento, merecendo destaque à pecuária leiteira e a produção de grãos, utilizando-se práticas agroecológica”. (PDA 2003, pg. idem). Observa-se desta forma que o programa produtivo do PDA foi elaborado, sustentado no regimento interno do assentamento.

Isto significou uma necessidade de mudança por parte do sistema produtivo e de todo o agroecossistema, causando em certos momentos prejuízos econômicos aos assentados, já que estes, não possuíam o crédito para realizar a transição.

Um dos maiores prejuízos econômicos causados aos assentados foi a não utilização do plantio de eucalipto para o auto sustento de madeira para lenha e construções. Alegavam que o eucalipto não é fonte de alimento e que está cultura era pratica dos latifundiários.

A Direção Política do Assentamento também possuía o receio de que liberando o plantio haveria assentados que plantaria todo o lote, o que de fato, poderia ocorrer.

A definição foi equivocada por questões que poderiam limitar o plantio por lote entre 300 a 500 plantas para o auto sustento, e não causando um impacto econômico de ter que na maioria das famílias assentadas gastarem entre R\$ 2.000,00 a 2.500,00 apenas com compras de estacas, pois estes não possuíam em seus lotes, e os que possuíam não poderiam cortar por motivos da legislação ambiental que impede desmatamento em áreas de reserva e APP.

Em relação aos vermífugos bernicidas e carrapaticidas a mudança ainda continua sendo gradual, há um grande avanço na diminuição para o controle de carrapatos e bernes com uso de produtos homeopáticos que é colocado no sal mineral, mas, o controle de verminose nos animais ainda é lento, há uma grande utilização por parte dos assentados de produtos com o princípio ativo da ivermectina.

É neste momento que a comunidade do assentamento Ander necessitando de conhecer técnicas agrícolas que substitua o modelo tecnológico convencional para o agroecológico convida em no ano de 2004 o Centro de Apoio ao Agricultor – CAPA de Marechal Candido Rondon – PR para participar de uma reunião da coordenação do assentamento.

A participação do CAPA na assistência técnica iniciou o processo de transição para agroecologia. Várias oficinas foram realizadas no intuito de divulgar aos assentados que existiam técnicas que poderia substituir os métodos convencionais da agropecuária. Sementes Crioulas, adubação verde de verão e inverno, homeopatia, fitoterapia, calendário lunar, biofertilizantes, compostagem, leite a pasto, instalação de pomares, fazendo com que fosse iniciada no assentamento, a transição nas técnicas de trabalho na agricultura.

O Auto Sustento que significa a produção de produtos que garanta a qualidade de vida e a segurança alimentar também está muito relacionado à agroecologia e é uma política adotada no assentamento. Além de garantir a qualidade necessária dos alimentos para a família garante uma economia, pois, caso não tivessem plantado alimentos básicos no próprio lote rural teria que desembolsar recurso para obter fora.

A agroecologia deve ser vista como um instrumento da transformação social e também uma quebra de paradigmas. Porque é a ciência da co-evolução em interações positivas de cooperação, de complementaridade e até de interdependência. Não é uma descoberta nova, porque, no passado, o agricultor dependia da natureza, não dependia de nenhum insumo externo. Não existia agrotóxico, nem semente híbrida, ou adubo químico, nem máquinas, nem ferramentas desenvolvidas no seu tempo histórico que nunca impediu a prática da agricultura.

3.4. Crédito na Agroecologia

De acordo ao Artigo 3º da Lei Nº 4.829 que institucionaliza o Crédito Rural são objetivos específicos do Crédito Rural: estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural; favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios; ***incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo.***

Segundo o IBASE 2006, o financiamento à agricultura familiar e assentados da reforma agrária deve estimular a diversificação produtiva e de fontes de renda das famílias e dos estabelecimentos rurais, buscando reverter a tendência à especialização agrícola, que já é uma realidade na agricultura familiar do Paraná.

A produção agroecológica é essencialmente diversificada, não centrada em um único produto agrícola. Nestas condições o Crédito Rural que necessariamente é baseado no financiamento em um único produto agrícola, privilegiando grãos e estimulando a monocultura, dificulta a transição da agricultura “convencional” para a agroecológica. “Vale dizer que a transição para uma produção agroecológica não implica necessariamente um abandono da cultura de grãos ou da atividade do leite, mas a combinação dessas culturas com outras e, especialmente, a mudança da base tecnológica”. (IBASE 2006, pg. 113).

A característica da agricultura camponês e/ou familiar é a diversidade que garante ao pequeno produtor uma relevância econômica, social, cultural, ambiental e principalmente uma segurança alimentar em uma conjuntura atual em que a preservação ambiental é o maior desafio da redução da desigualdade e da sustentabilidade do planeta. É necessário analisar que sem compromisso com a diversidade produtiva, é completamente irracional pensar em transição dos sistemas produtivos, e a idéia de tratar a agricultura familiar, para efeitos de políticas públicas, de uma perspectiva holística, fica praticamente esvaziada. Portanto, todos os envolvidos sejam eles Governos (Municipal, Estadual e Nacional), Agricultores Familiares, Assentados da Reforma Agrária, Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural

e Social, Órgãos Não Governamental, Sociedade Civil e os Movimentos Sociais Populares devem estar engajados nesta construção.

No Paraná o modelo da agricultura sustentado na maximização de insumos de síntese química está completamente consolidado no Estado. O atual modelo de PRONAF é incapaz de implementar linhas de crédito especial para a agroecologia, de alterar esta situação, ao contrário, tem reforçado o modelo de sistema produtivo especializado baseado na compra de insumos de síntese química.

A grande limitação do modelo do PRONAF tal como aplicado no Paraná é que estimula, de modo geral, a consolidação de um modelo tradicional de modernização tecnológica e de especialização da produção agrícola que aumenta fortemente os riscos para a sustentabilidade da agricultura familiar, acentuando sua dependência ao mercado e às grandes empresas agroindustriais. (IBASE 2006, pg. 108).

Desta forma, a agricultura familiar paranaense é incentivada a utilização de insumos de síntese química, sementes melhorada e até mesmo Organismo Geneticamente Modificados, financiado pelos agentes financeiros sob a influência das grandes empresas de sementes e agrotóxicos e fertilizantes. “Trata-se de um sistema que articula os bancos operadores do crédito, as empresas produtoras de insumos e equipamentos, as lojas de produtos agropecuários e os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater)”. (Von der Weid, v. 7 - n. 2 • julho de 2010).

Os custos dos insumos de síntese química (Fertilizante + Semente + Agrotóxico) desgastam progressivamente o solo o que demonstra os limites estruturais do modelo produtivo tradicional.

De acordo ao IBASE 2006, que coletou informações e relatos afirma que agricultores deixaram de utilizar o PRONAF quando passam a organizar sua produção em base agroecológica. Isso ocorreria não apenas pela inadequação do programa às necessidades da agroecologia, mas também pela melhor rentabilidade desse modelo de produção.

Isto mostra que muitos agricultores não realizam a transição agroecológica exatamente pela falta de financiamento, pois, o PRONAF especificamente o Custeio trabalha o Crédito por ano-safra. Alguns pesquisadores estima-se que a transição para o sistema agroecológico

precisaria de três, cinco, até mesmo oito anos a depender da cultura e o tipo do crédito investimento e/ou custeio.

Para que esse tipo de financiamento seja adequado às necessidades e capacidade das famílias, bem como ao ritmo de recuperação ambiental dos agroecossistemas, deve ser concebido com prazos mais extensos. Deve simultaneamente permitir planos flexíveis de transição de forma que as famílias possam fixar novas metas ano a ano em função dos resultados que forem observando com a evolução do sistema. (Von der Weid, 2006 pg. 19).

O financiamento à agricultura familiar e assentados da reforma agrária deve ter como referência para o seu investimento a gestão do estabelecimento e de todo o seu agroecossistema que compõe a sua unidade de produção. No crédito rural para estes públicos referidos tem que ser considerado na “perspectiva de estratégias de reprodução que articulam diferentes fontes e fluxos de renda oriundos de um conjunto diversificado de atividades e que buscam compatibilizá-las com fluxos de despesas que ocorrem em períodos de tempo não coincidentes” (IBASE 2006, pg. 114).

Para estimular de forma ampla, concreta e efetivar de fato a transição dos sistemas produtivos maximizados para as formas mais sustentável, ambiental, que reduza a dependência econômica de agricultores familiares e assentados da reforma agrária da aquisição de insumos industriais, normalmente associados à elevação dos custos econômicos e ambientais da atividade produtiva, será necessária uma linha de crédito especial com prazo de carência que respeite o tempo de produção e conversão além de possuir um juro baixo, pois, estes agricultores são os zeladores do meio ambiente. Sem modificações significativas nos sistemas de produção, dificilmente a sustentabilidade da agricultura familiar será garantida no longo prazo.

Neste sentido, é necessário implementar uma linha especial de PRONAF Sustentável que abrange toda o agroecossistema da unidade de produção do beneficiário. Para isto é necessário dialogar com os agentes financeiros em especial o Banco do Brasil para elaboração de planilhas bancárias adequadas para o financiamento que contenham prazos de carência com extensão compatível com os tempos requeridos para as mudanças nos sistemas produtivos, e para obter

soluções concretas à diversidade de situações e de recursos característicos da agricultura familiar.

“(...) o Banco do Brasil não *dispõe* dos recursos técnicos para efetuar o crédito (planilhas, programas). Casos foram relatados a respeito de o Banco do Brasil alegar o desconhecimento da linha de crédito específica para agroecologia. Some-se a isso a tendência do banco, de acordo com os agentes locais entrevistados, de privilegiar o financiamento dos produtos com “aceitação no mercado”, para os quais existem estudos de viabilidade econômica etc”. (IBASE 2006, pg 108).

O ponto de partida a começar a ser analisado é a revisão da implementação das linhas especiais de crédito que incluem os PRONAF's Grupo A (investimento) e o Grupo A/C (custeio), Jovem, Mulher, Agroecologia e o Agrofloresta. Estas linhas de créditos deveriam de forma realista ser concebido de forma mais apropriada para ampliar a diversidade produtiva ou de fontes de renda nos estabelecimentos familiares (pluriatividade, agregação de valor dos produtos, etc.).

Para operar o PRONAF Agroecologia, por exemplo, os agricultores que tencionavam o crédito foram obrigados a apresentar projetos de conversão das propriedades que tivessem a duração de três anos. Nesses projetos, deveriam estar claramente indicadas, ano a ano, as etapas de substituição de práticas convencionais por práticas agroecológica. Essa exigência colocou um obstáculo insuperável às famílias na medida em que as obrigava a projetar os processos de transição de suas propriedades em ritmos acelerados, quando, em situações normais, poderiam se estender por até oito anos, sem que pudesse prever com exatidão os passos dados a cada ano. (Von der Weid, 2006 pg. 19).

Outro exemplo é o PRONAF Agrofloresta que se propões a integração produtiva e sustentável ao meio ambiente. De acordo ao IBASE 2006 em pesquisa na região do sudoeste do Paraná constataram que, a própria orientação dessa linha de crédito, bem como o direcionamento dado pelo Banco do Brasil, não favorece a cobertura arbórea da área de floresta por outras culturas, mas sim projetos de “reflorestamento” voltados ao plantio de pinus e eucalipto. Estas culturas apesar de obterem um valor comercial expressiva na região,

pois, sustentam as indústrias de papel celulose do Estado, estão longe de representar respeito ao meio ambiente e à biodiversidade.

Outro fator importante que viabiliza a sustentabilidade dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária são os programas governamentais de comercialização do Programa de Aquisição de Alimento da CONAB e do Programa Nacional da Alimentação Escolar que podem complementar o PRONAF, o PAA, PNAE, a política de Ater e as políticas fundiárias devem ser prioridade, um elemento indispensável para a viabilização da sustentabilidade de amplos segmentos da agricultura familiar não apenas no Paraná mas em todo o país.

Concluindo, o atual modelo de PRONAF é incapaz de implementar linhas de crédito especial para a transição agroecológica pois, os agentes financeiros são condicionados a operar a partir de manuais de instrução de risco baseados em pesquisas científicas oficiais. Isso vai determinar tanto as atividades produtivas que podem ser realizadas em uma determinada região como os métodos de manejo técnico adequado para que ela seja desenvolvida. Assim concebido o sistema, é natural que os projetos de crédito (que dependem, aliás, da assinatura de um técnico) sejam orientados para o fomento a unidades produtivas modernizadas.

Outros fatores também criam obstrução para o Crédito na Transição Agroecológica. O primeiro é a complexidade dos projetos concebidos pelo enfoque agroecológico. O segundo são os prazos de carência e de pagamento e o terceiro é o montante que se propunha investir. “Os três fatores estão relacionados com a ideia de que é viável e conveniente definir um plano de transição agroecológica antes que o processo se inicie e de que é possível prever o seu tempo de duração”. (Von der Weid, v. 7 – n. 2 Julho de 2010 pg. 6).

Desta forma, a necessidade de criação de uma linha de financiamento especial com condições específicas sobre tetos, prazos, carência e juros, voltados para apoiar processo de transição agroecológica nas unidades de produção. Para isso é necessário que as linhas de PRONAF existentes sejam valorizadas e instrumentalize o crédito para sistemas produtivos manejados sobre o princípio da agroecologia.

Assim sendo, conseguiremos romper com a estrutura produtivista, criando possibilidade de o programa tornar-se um instrumento mais apropriado para a transformação do modo de produzir de agricultores familiares e para o estímulo à diversificação produtiva.

IV CAPÍTULO – ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE.

4.1. A Conquista da Terra

A história do Assentamento inicia-se ainda na Fazenda Cajati, uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Município de Cascavel – Paraná.

A negociação com a Fazenda Cajati estava demorada, os impasses eram constantes, percebendo-se às famílias acampadas que a área destinada à reforma agrária seria muito difícil, 350 famílias da ocupação na Cajati foram deslocadas para Fazenda Comil em Diamante do Oeste – Paraná onde ocorreu a ocupação do futuro Assentamento Ander no dia 11 de Setembro de 2001.

Neste mesmo dia foi realizada uma audiência com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em que este o órgão público exigiu que as famílias se retirassem da área, caso contrário suspenderiam as negociações.

Estabeleceu-se então um acordo político, um prazo de quinze dias para o INCRA realizar a negociação com o imóvel rural e com o MST. Entretanto, as famílias ficaram acampadas nas margens da Rodovia PR – 488, próximo à entrada da Fazenda Comil.

A negociação que a principio seria resolvida em 15 dias passou aproximadamente há um ano, quando então, as famílias acampadas estavam em processo de mobilização para novamente entrar na área ocorre o acidente onde uma criança do acampamento foi atropelada no dia 5 de Setembro 2002 e faleceu seis dias após, no dia 11 de setembro de 2002 tendo o seu nome Ander Rodolfo Henrique nome depois dado ao assentamento em memória ao acontecido.

Após o acidente, as famílias acampadas às margens da PR 488 cansadas de aguardar resposta do INCRA resolvem novamente entrar na área no dia 9 de setembro de 2002. A partir deste fato, o INCRA realiza diversas rodadas de negociação com o proprietário da Fazenda no intuito de chegar a um acordo da compra do imóvel que é definido em acordo entre as partes por R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

A Fazenda Comil é desapropriada no dia 24 de novembro de 2003, criando o Projeto de Assentamento Ander Rodolfo Henrique localizado no Município de Diamante do Oeste Estado do Paraná, assentando 105 famílias distribuídas em 3.097,68 há

4.2. Diagnostico Natural do Assentamento Ander Rodolfo Henrique

O Assentamento Ander Rodolfo Henrique, apresenta segundo o levantamento fornecido pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento, 108 famílias distribuídas em uma área total de 3.097,69 ha, possuindo uma área de Reserva Legal (RL) de 590,14 ha e a Área de Preservação Permanente (APP) de 457,92 ha.

Está localizada parte no Município de Diamante do Oeste (aproximadamente 74% da área) e parte no Município de Vera Cruz do Oeste (aproximadamente 26% da área), e o seu acesso fica na rodovia estadual PR 488 a 5 km da área urbana de Diamante do Oeste e a 22 km da área urbana de Vera Cruz.

O clima na região que localiza o assentamento, pela classificação de W. Koeppen é tipo subtropical úmido mesotérmico (Cfa), de verões quentes, geadas menos frequentes, tendências de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca bem definida, determinando ao longo do ano, em termos médios, a não existência de “déficits” hídricos, verões quentes com temperatura superior a 22 °C e mês mais frio com temperatura inferior a 18 °C; temperatura média geral 20 °C. A precipitação média anual é da ordem de 1650mm a umidade relativa do ar é da ordem de 75% o índice hídrico entre os níveis 60 e 100.

O diagnóstico do meio natural realizado pela Ambiens (2003) na elaboração do PDA constatou que de uma maneira em geral predominam no assentamento solos com saturação de bases alta, o que os caracteriza pelo bom nível de fertilidade. Porém, nas áreas onde ocorrem solos Litólicos e Brunizem Avermelhado, as declividades acima de 15% e a pequena espessura dos perfis contribuem para a forte suscetibilidade a erosão destes solos, o que restringe o uso para cultivos que exigem movimentação do solo. Em função disso e pela boa fertilidade que estes solos normalmente apresentam o uso mais adequado seria para pastagens e silvicultura.

Em relação ao relevo o assentamento se apresenta bem distribuído, com áreas de relevo plano a ondulado, perfazendo um total de 55,16% da área total do assentamento. As classes muito ondulado a escarpado ocupam o restante da área num total de 44,94% do total.

Os recursos hídricos são bastantes favoráveis pois é banhado na sua porção norte pelo rio São Francisco Falso Braço Norte e na porção leste pelo Córrego Barra Funda. Encontram-se numa situação muito favorável em relação aos recursos hídricos, pois conta com vários

córregos. Outra vantagem é que várias das nascentes de água que abastecem o assentamento encontram-se dentro do assentamento, tendo assim os assentados a possibilidade e também a responsabilidade de monitorar a qualidade da água. Para manutenção da qualidade destas águas a preservação da mata ciliar e recuperação florestal nas áreas descobertas são fundamentais.

A área de Reserva Legal (RL) é de 590,14 ha e a Área de Preservação Permanente (APP) de 457,92 ha, juntos correspondem a 33% da área, 8% a mais que legisla o código florestal que determina o mínimo de 25% da pequena propriedade, que possui a área de 50 há.

Em um convenio com o ITAIPU Binacional em um programa sócio ambiental foram cercada 80% a APP do assentamento, contribuindo desta forma com a diminuição dos custos operacionais para as famílias.

4.3. O Programa Produtivo do Assentamento

Em função do aproveitamento de áreas já existentes com pastagens com predominância da *Brachiaria brizantha* e *Panicum maximum* Jacq CV Colonião, em todo o território ocupado observou-se que a produção de pecuária de leite seria a principal linha de produção do assentamento.

As pastagens apresentavam níveis de degradação como erosão em sulcos, e início de voçorocas, cobertura deficitária em algumas partes demonstrando necessidade de recuperação.

A necessidade de recuperação desta pastagem justifica-se por motivo do potencial da atividade leiteira no assentamento, seja na garantia da renda mensal ou mesmo na agregação de valor ao leite através da agroindustrialização. Com a aplicação do PRONAF A cada família utilizou 8 horas máquinas (cerca de R\$ 1.320,00) para reforma pastagem, inclusive adotando outras forrageiras como a introdução do *Brachiaria Brizantha* Xaraés (MG5), Amendoim Forrageiro (*Arachis Pintoi*), estrela africana (Tifton 85) entre outros.

Porém em algumas áreas estas pastagens receberam altas doses do agrotóxico Thordon, dificultando assim a implantação de algumas culturas e também o processo de transição para uma agricultura agroecológica. Tanto é verdade que nestes locais as culturas implantadas não produziram absolutamente

nada, causando prejuízos para os assentados. (PDA 2003, PG 76)

No momento, o leite vem sendo comercializado para dois laticínios da região, tendo sido registrado no ano de 2010 media de R\$ 0,72 o litro por mês. Cabe ressaltar que há uma determinação por parte da comunidade de fazer a venda para dois laticínios.

A produção que até 2009 era de 4.000 l dia no final do ano de 2010 apresentou uma produção de aproximadamente 8.400 L/dia, média de 80 L dia por família, tudo isto caracterizado pela aplicação do recurso do investimento em que os assentados adquiriram novas matrizes leiteiras e melhores pastos. A meta é que cada família atinja o mínimo de 100 L/dia com a utilização da silagem que possui um custo baixo no município de R\$ 40,00 a hora.

As famílias produtoras de leite do assentamento possuem resfriadores de leite, que na sua grande maioria de imersão 300 L e 40% já possuem ordenha mecânica.

A produção de grãos no assentamento é especificamente o milho que possuem três funções: A primeira é a auto sustentação da família; a segunda que é a alimentação animal; a terceira é a comercialização mais específico o milho verde para o PAA e o PNAE. A produção do milho é viável dentro de um sistema onde sejam aproveitados para transformação em carne, leite e ovos, ou na produção orgânica, onde existe um mercado em franca expansão, além do que são sistemas sustentáveis, não somente do ponto de vista econômico, mas também ambiental e social. (PDA 2003, PG 77)

Outro cultivo agrícola que se destaca no assentamento é a mandioca, que também possuem as mesmas funções do milho, diferenciando esta, sendo a único produto agrícola comercializado para cooperativas locais.

Segundo o PDA aprovado em 2004 as linhas produtivas de potencial no assentamento são Pecuária de Leite e Corte, frango diferenciado, Suíno (siscal), milho, mandioca, cana de açúcar, soja, Olerícolas, frutíferas (pêssego, maçã, uva, acerola, banana, abacaxi, dentre outros).

Destaca-se no assentamento a diversificação de produtos agropecuários produzidos nas unidades de produção como mostra o quadro (04) que mostra a percentagem de famílias que produzem o determinado produto.

Quadro 04 – Produtos agropecuários produzidos pelas famílias.

Produtos	(%) Famílias
Mandioca	100,00%
Milho	93,33%
Carne de Porco	93,33%
Carne de Frango	93,33%
Ovos	93,33%
Batata Doce	90,00%
Frutíferas	90,00%
Leite	98,00%
Feijão	86,66%
Melancia	86,66%
Abobora	86,66%
Olerícolas	83,33%
Cana de Açúcar	76,66%
Gado de Corte	46,66%
Arroz	43,33%
Café	30,00%
Mel	16,66%
Artesanatos	13,33%
Trigo	6,66%

Fonte: Dados primários (2009)

Verifica-se desta forma que no Assentamento as famílias produzem diversos produtos agropecuários tanto para o auto sustento quanto para a comercialização de seus excedentes.

No ano de 2010 foi aprovado pela CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) do Assentamento Ander Rodolfo Henrique beneficiando 26 famílias em um total de 91.925,52 kg de alimentos para serem entregues na Associação da Aldeia Indígena *Tekoha Itamarã*.

Além do apoio à produção para o auto-consumo, do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo cita-se os benefícios indiretos advindos da recuperação dos preços recebidos pelos produtores. Em síntese, o assentamento não está pensando numa agricultura apenas de subsistência, mas na participação do mercado sem perder os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

V CAPÍTULO – RESULTADO E DISCUSSÃO

Para efeito de calculo não foi levado em consideração a remuneração de mão de obra, pois o objetivo do camponês não é maximizar o lucro, mas maximizar a satisfação da unidade familiar, desta forma não tem sentido introduzir na contabilidade da unidade de produção elementos que não fazem parte da lógica da sua reprodução como o custo pecuniário da mão de obra.

“Por certo, o camponês ou o artesão que conduz a sua empresa sem pagar mão de obra recebe como resultado de um ano de trabalho uma quantidade de mercadoria que, depois de trocada no mercado, forma o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma quantidade para o gasto material requerido ao longo ano; fica-nos então o incremento de valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizer de outro modo, o produto de seu trabalho. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de renda para uma unidade de trabalho familiar camponês ou artesã, porque não há maneira de decompô-la analítica ou objetivamente” (CHAYANOV, 1981, pg.53)

Neste caso não foi calculado para os estudos da viabilidade econômica para o PRONAF A e A/C. No caso do crédito instalação a questão de mão de obra já vem contabilizada para o pagamento de pedreiro referente à habitação.

5.1. Resultado da Viabilidade do Crédito Instalação

Esse recurso se constitui em parte a fundo perdidos, e parte na forma reembolsáveis, que foi aplicado no assentamento no ano de 2004/2005.

Os recursos aplicados foram a 1ª parte do Crédito Habitação no valor de R\$ 5.000,00, e o 1 e 2º Fomento para compras de ferramentas de trabalho. Falta aplicar a 2ª parte do crédito habitação no valor de R\$

8.500,00 que desde o ano 2006 as famílias aguardam a liberação do INCRA/PR.

Das famílias entrevistadas sobre o crédito instalação no assentamento, percebeu-se que houve um complemento do recurso destinado a compra de ferramentas para a construção da moradia como mostra o Quadro do 1º e 2º Fomento.

Quadro 05: Aplicação do 1º Fomento

1º Fomento	Famílias
Casa	95,45%
Ferramenta	77,27%
Gado	0,00%

Quadro 06: Aplicação do 2º Fomento

2º Fomento	Famílias
Casa	68,18%
Ferramenta	50,00%
Gado	27,27%

As casas deveriam ter no mínimo 40m² tendo em suas instalações dois quartos, um banheiro, uma sala, uma cozinha e varanda, o que custaria na época da implantação R\$ 20.000,00. Observa-se que mesmo se o INCRA liberasse a segunda parte do recurso das casas, mesmo assim, necessitaria de complemento.

O recurso de R\$ 4.800,00 destinados para o fomento de algumas famílias destinou todo o recurso para complementar na casa, outras, investiram na compra de animal leiteiro para o auto sustento familiar, e um grupo de famílias que possuíam certo capital financeiro investiram em ferramentas de trabalho.

É certo afirmar que o recurso do Crédito Habitação é insuficiente para a construção de uma casa minimamente confortável. Utilizando dados atuais de R\$ 700,00 por m², a casa custaria hoje R\$ 28.000,00 e o valor destinado pelo INCRA no ano de 2010 é de R\$ 17.000,00 (Duas parcelas de R\$ 8.500,00), tendo um déficit de R\$ 11.000,00.

As realidades financeiras de uma família no momento que assenta no lote rural são de extrema pobreza não havendo condições de iniciar no processo produtivo. Necessitaria aumentar o recurso do Fomento para que as famílias iniciassem a produzir para o auto sustento e o excedente ser comercializado, pois, continuando o baixo recurso para o crédito instalação sempre haverá um desvio do Crédito Fomento para o complemento da casa.

5.2. Resultado da Viabilidade Econômica do PRONAF Investimento Grupo “A”

A linha de crédito PRONAF “A” foi submetida a uma discussão com as famílias no intuito de planejar as linhas produtivas asseguradas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDA).

Concluiu-se que o investimento economicamente viável seria a investir na bovinocultura leiteira aplicando o recurso cerca de 65% do investimento na aquisição de novilhas, ou seja, o mínimo para que o projeto viabilizasse seria a aquisição de 6 a 7 animais.

A média de acordo ao projeto técnico foi de 7,4 animais por beneficiário do PRONAF, mas na prática os assentados adquiriram duas ou três cabeças bovina a mais quando iam negociar com o comerciante.

Este mínimo de aquisição discutido no assentamento está relacionado à carência do PRONAF que é de três anos. Utilizando a média aproximada de sete novilhas por famílias beneficiárias, em três anos aproximadamente se teria em sua unidade de produção 7 vacas, 4 novilhas e 3 bezerros de até um ano, ou seja dobrando a quantidade de animais e garantindo a renda e capacidade de pagamento do projeto.

Tendo em vista que boa parte dos assentados já possuía mesmo que em pouca quantidade animais leiteiros adquiridos pelo 1º e 2º Fomento do crédito instalação, pastagem formada (a antiga Fazenda Comil era uma propriedade de gado de corte) tendo apenas que melhorar a infraestrutura produtiva e aquisição de matrizes leiteira que com o recurso proveniente do PRONAF foram executados.

Desta forma a bovinocultura de leite tornou-se a principal atividade produtiva do assentamento Ander Rodolfo Henrique geradora de renda das famílias, base da elaboração do projeto técnico no intuito de buscar infraestrutura básica e aumento da produção com a aquisição de animais.

No questionário semi estruturado sobre o Acesso ao Financiamento às famílias analisam que o PRONAF A deveria ser em uma única parcela para facilitar a compra dos materiais necessários para infraestrutura e aquisição de animais.

De fato um recurso dividido em três parcelas prejudicou a compra principalmente de animais. Era muito difícil convencer o proprietário de animais a vender todo o seu lote para ser pago em duas ou três vezes. Portanto ou o assentado comprava aos poucos, ou então, o vendedor aceitava receber em três parcelas.

Quando ocorria do vendedor aceitar a receber de acordo as parcelas do PRONAF, incidia na burocracia do INCRA de enviar as DAP's da parcela, e/ou atraso da burocracia do agente financeiro atrasando o pagamento, tendo as vezes que cobrar juros dos assentados pela demora da liberação.

As famílias também acreditam que dentro das condições de pagamento desta linha de crédito com carência de três anos e o juro de 0,5% a.a., estão dentro das condições financeiras e da capacidade de pagamento.

Afirmaram também que com o investimento melhoraram a produção e renda, e que com acesso ao PRONAF adquiriram tecnologia que antes dificultavam a produção de leite como por exemplos ordenha mecânica e resfriadores.

O Quadro (07) abaixo mostra a evolução econômica dos assentados em dois anos de aplicação do PRONAF. A investimento chegando a uma renda de dois salários mínimos (R\$ 510,00, salário mínimo de 2010), apenas com a comercialização do leite e venda de bezerros de até um ano.

Quadro 07: Evolução econômica das famílias assentadas.

Produtor	RBL¹	Bezerros²	RBT³	Despesas⁴	Sobra Ano	Sobra Mês
Produtor 1	13.578,00	4.800,00	18.378,00	6.479,60	11.898,40	991,53
Produtor 2	19.009,20	4.000,00	23.009,20	5.728,00	17.281,20	1.440,10
Produtor 3	11.315,00	1.800,00	13.115,00	5685,28	7.429,72	619,14
Produtor 4	14.935,80	3.600,00	18.535,80	6159,84	12.375,96	1031,33
Produtor 5	17.520,00	3.000,00	20.520,00	6.490,00	14.030,00	1.169,17
Produtor 6	6.336,40	1.800,00	8.136,40	4.385,20	3.751,20	312,60
Produtor 7	37.399,50	3.600,00	40.999,50	8.616,00	32.383,50	2.698,63
Produtor 8	26.280,00	600,00	26.880,00	6.816,00	20.064,00	1.672,00
Produtor 9	19.009,20	4.800,00	23.809,20	6.814,00	16.995,20	1.416,27
Produtor 10	18.104,00	2.400,00	20.504,00	5.349,60	15.154,40	1.262,87
Produtor 11	10.862,40	1.800,00	12.662,40	5.670,00	6.992,40	582,70
Produtor 12	17.425,00	4.200,00	21.625,00	6.276,20	15.348,80	1.279,07
Produtor 13	12.672,80	4.200,00	16.872,80	5.704,00	11.168,80	930,73
Produtor 14	15.768,00	3.000,00	18.768,00	5.515,60	13.252,40	1.104,37
Produtor 15	17.651,40	4.800,00	22.451,40	6.717,60	15.733,80	1.311,15
Produtor 16	24.440,00	3.600,00	28.040,00	9.966,00	18.074,00	1.506,17
Produtor 17	18.104,00	3.000,00	21.104,00	5.449,60	15.654,40	1.304,53
Produtor 18	23.082,60	13.200,00	36.282,60	11.604,00	24.678,60	2.056,55

RBL¹: Renda Bruta do Leite no valor médio de R\$ 0,62 o Litro.

Bezerros²: Comercialização de Bezerros de até um ano no valor de R\$ 600,00 a cabeça.

RBT³ Renda Bruta Total: RBL + Bezerros

Despesas⁴: alimentação do rebanho, manutenção da infraestrutura, vacinas, medicamentos, ATES.

Com a evolução do rebanho há uma tendência de se melhorar a renda dos assentados. A meta do Setor de Produção do Assentamento é chegar ao mínimo de três salários mínimos por família em decorrência dos investimentos do PRONAF. Com a adoção da técnica da silagem, adotado em 2011, tende em aumentar o volume da produção e conseqüentemente a renda final.

Tendo em vista que a partir de 2013 iniciará os pagamentos da parcela do PRONAF, parcelas estas aproximadamente de R\$ 1.800,00 anual em 7 vezes, significa que os assentados terão que economizar 12% da sua renda anual para o pagamento da dívida.

Relacionado à produção o leite dobrou de 4000 L/dia para 8000 L/dia, as vacas produzem aproximadamente 80 L/dia tendo em media 11 vacas em produção durante o período de lactação.

Com a aplicação do PRONAF A observou-se também que a produção diária que era de 5,5 L/vaca/dia passou para 7,17 L verificando que houve investimento em animais com melhor genética. Ainda necessita melhorar, tendo em vista que na aquisição de animais foram adquiridas novilhas mestiças em que a produção varia de 6 a 8 litros dia.

O desafio é chegar a uma produção mínima de 100 l/dia por família contabilizando 3.000 L/mês. Para isto será necessário um trabalho de melhoramento genético dos animais e investimento em manejo de pastagem no sistema de Pastoreio Racional Voisin.

Quadro (08): Produção de leite das famílias entrevistadas.

Assentados	Produção (L)	L/ Vaca/Ano	L/dia	Nº de Vacas Lactando	L/ Vaca
Produtor 1	21.900	1.620	60	10	6
Produtor 2	30.660	1.890	84	12	7
Produtor 3	18.250	1.500	50	10	5
Produtor 4	24.090	1.800	66	11	6
Produtor 5	29.200	2.400	80	10	8
Produtor 6	10.220	2.100	28	4	7
Produtor 7	60.225	3.300	165	15	11
Produtor 8	42.387	2.400	120	15	8
Produtor 9	30.660	1.800	84	14	6
Produtor 10	29.200	2.400	80	10	8
Produtor 11	17.520	2.400	48	6	8
Produtor 12	28.105	2.100	77	11	7
Produtor 13	20.440	2.100	56	8	7
Produtor 14	26.280	1.800	72	12	6
Produtor 15	28.470	1.800	78	13	6
Produtor 16	39.420	2.700	108	12	9
Produtor 17	29.200	2.400	80	10	8
Produtor 18	37.230	1.800	102	17	6

Fonte: Dados primários (2011)

Se compararmos ao Assentamento 16 de Maio localizado no município de Ramiândia/PR e possuindo 220 famílias, a 35 km do Assentamento Ander Rodolfo Henrique está em um desenvolvimento positivo e com plena condição de honrar os compromissos bancário.

O Assentamento 16 de Maio possuem as mesmas características edafoclimáticas e produtivas do Assentamento Ander. Os Assentados foram beneficiados com o PRONAF A em 2002, época esta que o recurso era depositado diretamente na conta do beneficiário o que dificultou a administração e o gerenciamento por parte dos técnicos, pois estes não possuíam o controle da compra de materiais para a infra estrutura e aquisição de matrizes.

Em consequência aos problemas administrativos 30% dos assentados abandonaram o lote e ainda possuem um índice alto de inadimplência dos PRONAF Custeios.

Após 8 anos de aplicação do primeiro investimento, não foi possível organizar a produção leiteira do respectivo assentamento. São 4 laticínios dentro do assentamento, a media de 2010 foi de R\$ 0,45 o litro de leite enquanto no Ander foi de R\$ 0,62.

No ano de 2010 a Agencia de Desenvolvimento do Oeste Paranaense (ADEOP), realizou um diagnostico da produção no Assentamento 16 de Maio, em que obtive acesso aos dados de 28 famílias que já foram beneficiadas pelo PRONAF A, para realizar uma comparação entre os dois assentamentos, mesmo sabendo que o 16 de Maio possui mais tempo no processo produtivo.

Em síntese, a media das famílias assentadas na 16 de Maio é de produzir 48,34 L/dia, tendo mensalmente 7 animais lactando 6,5 L/dia.

Ao comparar os dois assentamentos observaram as seguintes situações:

Quadro 09: Comparação da Produção de Leite Ander X 16 de Maio

Assentamento	Nº Entrevista	Prod. Total	Anual/Fam	Leite Mês	Leite Dia	Vacas Lactação	L/Vaca/ Dia	Media de Preço¹
16 de Maio	30	522.108,98	17.403,63	1.4 50,30	4 8,34	07	6,9	0,45
Ander R. Henrique	18	523.457,10	29.080,95	2.4 23,41	8 0,78	11	7,3	0,62

Media de Preço: Valor referente em litros no ano de 2010

O que explica provavelmente a baixa produção do Assentamento 16 de Maio é que não existe subsídio municipal para a produção de silagem, técnica de custo elevado que não compensa o investimento.

Outro destaque negativo para o 16 de Maio é o preço do litro de leite que desanima a produção, cerca de 70% dos entrevistados não possuem resfriadores, comercializando o leite de fora dos padrões o que justifica neste caso a media baixa de preço por litro de leite.

Entretanto todos entrevistados do Assentamento Ander possuem resfriadores, inclusive na discussão com as famílias sobre o recurso para investir era obrigatório a construção do estábulo de no mínimo 40m² e um resfriador para que os assentados iniciassem o processo produtivo com uma condição favorável de preços melhores.

Mostra-se desta forma que a diferença entre os dois assentamentos é exclusiva no acompanhamento do projeto técnico, subsídio na produção, e organização da produção dos assentados.

Esta comparação demonstra que o Assentamento Ander Rodolfo Henrique possui uma produção de leite satisfatória para o estágio de desenvolvimento em que se encontra. As metas traçadas pelo Setor de Produção só será atingidas se buscar financiamentos direcionados aos problemas que foram detectaram como, por exemplo, a genética animal e o melhoramento das pastagens.

5.3 Resultado da Viabilidade Econômica do PRONAF Custeio A/C.

Para os camponeses do assentamento Ander Rodolfo Henrique dos 20 projetos custeio A/C elaborados no ano de 2010, 17 foram de aquisição de animais de corte (mais especificamente bezerros desmamados) e 3 projetos foram de aquisição de novilhas de leite.

O estudo técnico realizado com as famílias do assentamento foi de mostrar que o custeio agrícola não trazia viabilidade econômica, pois:

- (a) A área de plantio da maioria dos lotes é pequena chegando ao máximo a 2,5ha;

- (b) De acordo ao regimento interno do assentamento e ao Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA as famílias fizeram uma opção política de não utilizar sementes híbridas de milho e insumos de síntese química e,
- (c) a Prefeitura Municipal subsidia em 70% as horas máquinas, chegando a custar R\$ 40,00 as horas máquinas.

Portanto, a discussão gerou em torno da pecuária chegando a uma conclusão de investir em bovinocultura de corte e leite para garantir renda e pagamento da dívida no próximo ano.

O estudo partiu primeiramente da capacidade de lotação dos pastos, pois, dos 110 assentados no Projeto de Assentamento Ander Rodolfo Henrique, 80 acessaram o PRONAF A, portanto, os pastos estão com lotação e deve-se observar se os lotes vão comportar mais animais. Neste caso 20 assentados estão acessando o custeio pecuário, enquanto os outros 60 estão em processo de avaliação técnica e de capacidade de pagamento.

Utilizou-se no estudo com as famílias uma projeção do preço médio da arroba do boi do Paraná que segundo a FAEP (2010) durante os meses de novembro de 2010 a maio de 2011 o preço médio será de R\$ 95,76 a arroba do boi rastreado. Sendo assim, concluiu-se de trabalhar com R\$ 80,00 a arroba do boi, pois, temos que calcular pela média comercializada na região para dar uma garantia de pagamento e segurança ao agricultor assentado.

Tendo em vista que segundo a SEAB (2010) o preço médio de um Bezerro de até 1 ano é de R\$ 600,00, compraria neste caso pelo PRONAF A/C oito bezerros para engorda para ser comercializado em um ano.

Em 2011, ano do pagamento do custeio, o bezerro que foi adquirido estaria com um ano e meio a dois pesando entre 12@ a 15@ compensando o custeio na renda e no pagamento do crédito.

Quadro 10: Simulação da sobra de recurso em trabalho em núcleo com os assentados

A/C Pecuário ¹	@ R\$ - Medio	R\$ Total	Banco Do Brasil	Sobra
8	R\$ 80,00	R\$ 8.960,00	5.075,00 ²	R\$ 3.959,25

1 – Quantidade de animais adquiridos com o custeio agrícola, que em um ano deverá estar pesando em média 14@ cada. 2 – O Custeio é de cinco mil reais e mais 1,5% de juros ao ano

Tendo em vista que os assentados terão direito a três operações do A/C, é uma renda significativa para o lote, pois desta forma contribui para melhorar a estrutura produtiva da unidade de produção.

Este crédito é importante para a manutenção das famílias do assentamento Ander. Esta modalidade deve ser cuidadosamente analisada, pois o risco é grande e pode em um ano deixar o assentado inadimplente e impossibilitado de acionar outros créditos.

VI CAPITULO – PROPOSIÇÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembrando que a pergunta da pesquisa era se o “O crédito rural, mais especificamente o PRONAF Investimento grupo “A” e o PRONAF Custeio “A/C” contribuiu para desenvolver a sustentabilidade econômica e ambiental do Assentamento Ander Rodolfo Henrique incentivando a transição para a matriz tecnológica da agroecologia e melhorando a renda dos camponeses assentados”, podemos afirmar que:

- O Assentamento já possuía desde o início da sua criação e documentado no seu Regimento Interno e no PDA a opção por práticas agroecológicas, iniciando desta forma uma transição “contínua” do sistema produtivo, o que gerou no início baixa produtividade por motivo que não possuíam recursos para melhorar a produção.
- A aplicação do PRONAF Grupo A Investimento os Assentados adquiriram melhores matrizes com aptidão leiteira, melhoraram a infraestrutura (Curral, Cerca e Resfriadores e Ordenha), ocorrendo uma mudança no desenho do agroecossistema e em consequência destas melhorias, desenvolveu economicamente as famílias.
- Sobre o Custeio Agropecuário PRONAF A/C pode-se afirmar que só possui viabilidade econômica caso seja aplicado na Pecuária Leiteira e/ou aquisição de Bezerros para engorda, pois

o assentamento possui pastagens formadas, subsidio para silagem, e agricultores assentados com experiência na pecuária.

- Observa-se que se o Assentamento não tivesse antecipado a opção pela agroecologia o PRONAF Grupo A e A/C não modificariam o sistema produtivo, pois, o Crédito é um “pacote fechado” em que não possui espaço para fazer a transição. Para isso deveria existir uma linha de credito especial para a transição agroecológica.
- O que ocorreu foi que com os investimentos na produção do assentamento através do credito e com a participação no PAA e PNAE, as famílias estão motivadas e passaram a investir em estruturas para Hortas e Frutas como, por exemplo, Despoldadoras de Frutas e Estufas para Hortas.

Podemos ainda elencar diversos pressupostos que contribuiria para o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental das famílias assentadas do Projeto de Assentamento Ander Rodolfo Henrique de acordo ao que foi elaborado nesta dissertação.

- 1) O Assentamento Constitui um espaço social e produtivo dentro de um território que anteriormente concentrava um latifúndio onde o conjunto da comunidade possui influência política e econômica e que necessita de Políticas Públicas de Apoio e Sustentação.
- 2) O fundo social não reembolsável do Credito Instalação e do Fomento para a estruturação inicial da unidade produtiva só possui viabilidade se permitir o aumento da produtividade do trabalho para que haja excedente para serem comercializados. Para assegurar a comercialização deste excedente torna-se imprescindível que o Credito Instalação e o Fomento seja articulado com o Programa de Aquisição de alimento (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar para que desde o principio assegure à produção garantia de comercialização.
- 3) Ficou evidente que há uma relação direta entre o PRONAF Grupo A de Investimento e o desenvolvimento econômico

das famílias.

- 4) Deve ser mantido a carência de três anos e juros de 0,5% a.a. do PRONAF Grupo A de Investimento, tendo que ser executado ou em uma única operação de R\$ 20.000,00 (uma DAP em vez de três) ou aumentar o valor para o teto de R\$ 30.000,00 dividido em três parcelas de R\$ 10.000,00 (liberando as parcelas de acordo ao laudo técnico mas, com uma única operação bancaria) sendo uma parcela para infraestrutura e duas parcelas de aquisição da linha de produção que contempla o projeto técnico.
- 5) No caso do Assentamento Ander torna-se um risco de endividamentos para o Crédito Custeio ser direcionado apenas a atividades agrícolas, por motivos que as Unidades de Produção possuem poucas áreas para a prática de lavoura.
- 6) Em relação ao crédito de Custeio Pecuário, o subsídio é importante para a manutenção das famílias visto que já existe na unidade de produção condições favoráveis e experiências na pratica pecuária. No entanto, deve-se antes da elaboração do projeto realizar reunião com as famílias para analisar as condições de suas aplicações.
- 7) É necessária uma assistência técnica que seja parte da comunidade e que toda a sua conduta deve ser pautada na transparência e lisura. “Cabe ao técnico mobilizar, não só o seu melhor saber, como a colaboração de outros profissionais, se isso ajuda na eficiência das soluções a que for proposto o projeto”. (MACHADO, 2004, pg. 235). Para isto é necessário que estes profissionais tenham uma remuneração e condições de trabalhos estáveis.
- 8) Necessita-se de uma linha de crédito que estimule a geração e adoção de tecnologias agroecológicas para o desenvolvimento sustentável combinado com a preservação/recuperação ambiental e a produção agrícola.
- 9) Para que uma linha de crédito especial para a agroecologia

tenha sucesso é necessário induzir ativamente a transição e consolidação de um novo sistema produtivo no assentamento. Deve estimular as iniciativas agroecológicas através de incentivos como rebates adicionais para os períodos de transição que conforme o projeto técnico pode variar entre três a cinco anos e com um adicional de 30% no preço dos produtos da CONAB para a programas de compra do governo.

- 10) Para organizar o processo produtivo é necessário que o Assentamento Ander se organize em torno de uma Cooperativa para o fortalecimento da capacidade autônoma dos agricultores assentados enfrentarem suas adversidades sem necessariamente ter de recorrer ao Estado.

REFERÊNCIA

BACEN – Banco Central do Brasil. **Manual de Crédito Rural**. Brasília, Banco Central 2006

BITTENCOURT, G. A., CASTILHOS, D. S., B., BIANCHINI, V., SILVA, B. H. C. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: INCRA/FAO, 1998. 67p. (Relatório de Pesquisa).

BRUNO, R. A. L, DIAS, M. M. **As Políticas públicas de crédito para os Assentamentos Rurais do Brasil: Relatório de Consultoria**. Rio de Janeiro: 2004. 74 p.

CAZELLA, A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S.. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Florianópolis: mimeo 19 pg., 2006.

CHRISTOFFOLLI, Pedro Ivan. **Elemento para a formulação de políticas pública de apoio à conversão agroecológica na agricultura brasileira**. In: CONCRAB. Reforma Agrária e Meio Ambiente Ano 3 – Nº. 3 – Maio de 2008. São Paulo.

DELGADO Nelson Giordano. **Política econômica, ajuste externo e agricultura**. in LEITE, Sérgio. (org.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre. Editora da Universidade, UFRGS, 2001.

FAVERET FILHO, P. *Evolução do Crédito Rural e Tributação sobre alimentos na Década de 1990: Implicações sobre as Cadeias de Aves, Suínos e Leite*. Rio de Janeiro:

BNDES Setorial, 2002. Nº. 16, p. 31-56.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento rural sustentável. Versão resumida. Brasília: FAO/INCRA, 1994. 24p. (Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **BRDE: da hegemonia à crise do desenvolvimento**. Porto Alegre. BRDE. 1988.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo. Editora Nacional, 22ª ed., pág.11.

GASQUES, J. G. & CONCEIÇÃO, J. C. (orgs) *et alli. Transformação da Agricultura e*

Políticas Públicas. Brasília: IPEA, p. 110-153; 248-295, 2001.

GODOY, W. I.. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rural v.42 n.3 Brasília jul./set. 2004.

GUIMARÃES, G. *Determinantes Econômicos da Evolução da Estrutura Fundiária no Brasil*. 123f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

HOMEM DE MELO, F. A abertura comercial e o papel dos aumentos de produtividade na agricultura brasileira. 31p.

http://www.conab.gov.br/conabweb/download/precos_minimos/proposta_de_precos_minimos_safra_2006_07_apresentacao.pdf . Arquivo capturado em 02de Julho de 2010.

JORGE, W. J. **PROCERA – o Estado brasileiro e o financiamento dos assentamentos de reforma agrária**. 2001. 197f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista, Botacatu, 2001.

LEITE, Sérgio. (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre. Editora da Universidade, UFRGS, 2001, pág. 61.

MARTINE, George e Beskow, Paulo Roberto. **O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola** in Martine, George e Garcia, Ronaldo Coutinho. Os impactos sociais da modernização agrícola. Editora Caetés. São Paulo. 1987, pág. 20.

MASSUQUETTI, Angélica. **A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97**. Dissertação de Mestrado, IEPE-UFRGS, 1999.

MIELITZ NETTO, Carlos A.G. **Avaliação das condições de crédito e geração de renda do RS Rural** in PRETTO, José Miguel (org.) Cooperativismo de crédito e microcrédito rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MIRANDA, José Carlos e TAVARES, Maria da Conceição. **Brasil: Estratégias da Conglomeração**. In FIORI, José Luís e TAVARES, Maria da Conceição (orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997, pág. 329.

MOREIRA, Roberto José. Crítica ambientalista à Revolução Verde disponível na Internet Via <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/moreira15.htm>. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, outubro 2000: 39-52. Arquivo capturado em 25 de Junho de 2010

PINTO, Luis Carlos Guedes. **Notas sobre a Política Agrícola e o Crédito Rural**. Campinas, 1980. Dissertação de Mestrado.

PRETTO, J. M. **Amplitude e restrições ao acesso de PRONAF investimento no Rio Grande do Sul – Um estudo das três operações de financiamento envolvendo Cooperativas de Crédito Rural, Cooperativas de Produção Agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul**. Dissertação de Mestrado, FCE – URG 2005.

REZENDE, G. C. de & GOLDIN, I. *A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 119p.

ROSA, S. L. C. Os desafios do PRONAF. **Reforma Agrária**, Campinas, v.25, n.2/3, p.185-192, 1995.

SABBATO, A. Di. **O público-alvo do crédito rural do PRONAF: estimativa a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996**. Projeto UTF/BRA/051/BRA, setembro de 2000.

SAYAD, João. **Credito Rural no Brasil:** avaliação das criticas e das propostas de reforma. São Paulo: Pioneira. Estudos Econômicos, FIPE, 1984

SILVA, L. S. *et al.* **Crédito rural para assentamentos de reforma agrária em Pernambuco: uma análise preliminar das operações ocorridas no período de 1986 a 1994.** Recife, MAARA/INCRA, 1995.

TAVARES, Maria da Conceição, **Império, território e dinheiro** in FIORI, José Luis (org). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, pág. 474.

VINHAS, M. **Problemas agrário-camponeses do Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

VON DER WEID, Jean Marc. **A transição agroecológica das políticas de credito voltadas para a agricultura familiar.** Rio de Janeiro: Leisa. In: Revista Agriculturas, V.3 um.1 Abril de 2006

ANEXOS

QUESTIONARIO PRÉ – TESTE SOBRE CREDITO RURAL NO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE

ASSENTAMENTO

MUNICIPIO

NUCLEO

DATA DA ENTREVISTA

I - ACESSO AO FINANCIAMENTO

1º A família teve acesso a algum credito?

() Sim

() Não

2º Qual o tipo de credito?

() Habitação

() Custeio

() Fomento

() Investimento

3º Qual a opinião sobre o PRONAF Grupo A

4º Qual a opinião sobre o PRONAF Grupo A/C Custeio.

5º Sobre o PRONAF A/C. Você adotaria os procedimentos recomendado por esta linha de credito que recomenda sementes zoneadas e aquisição de insumos de síntese química? Por quê?

6º Sabe quais são os procedimento que implica o assentado caso ele não siga às recomendação técnicas?

7º O recurso do PRONAF Grupo A é suficiente para o investimento?

(☐) Sim (☐) Não

8º Caso negativo, quanto à família necessitaria para o investimento?
R\$ _____ (☐) Não sei

9º Em relação à aplicação do PRONAF Grupo A houve algum problema no investimento?

(☐) Sim (☐) Não

10º Havendo problema especificar o acontecimento e a quem é atribuído o problema.

11º Em relação ao pagamento do crédito o que a família acha sobre o prazo, a carência e o rebate?

12º De que forma a família pensa em pagar esta dívida?

13º Acredita a família que pagará a dívida com o Banco?

14º O tamanho do seu lote é o suficiente para a família?

15º Como era a produção antes de acessar o PRONAF?

16º Com acesso do PRONAF houve mudança na tecnologia agrícola que usava antes e usa agora?

17º Quais os principais produtos agrícola comercializado pela família?

18º Quais os principais produtos do auto-sustento da família?

19º Faça um comentário sobre o sistema de financiamento da agricultura e a agroecologia?